

RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTRO LEWANDOWSKI

2010-2012



**Tribunal
Superior
Eleitoral**

RELATÓRIO DE GESTÃO
MINISTRO LEWANDOWSKI

2010-2012

© 2016 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Manoel Carlos de Almeida Neto

DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA
Patrícia Landi

SECRETÁRIO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Cláudia Lima Esteves Alves

UNIDADE RESPONSÁVEL
Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

EDITORIAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL
Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

EDITORIAÇÃO
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Daniel Gomes

REVISÃO EDITORIAL
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Relatório de gestão : Ministro Lewandowski : 2010-2012. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2016.

86 p. ; 28,5 cm.

1. Gestão – Relatório – Brasil – 2010- 2012. 2. Lewandosky, Enrique Ricardo, 1948- I. Título.

CDDir 341.41923

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PRESIDENTE

Ministro Ricardo Lewandowski

VICE-PRESIDENTE

Ministra Cármen Lúcia

MINISTROS

Ministro Marco Aurélio

Ministra Nancy Andrighi

Ministro Gilson Dipp

Ministro Marcelo Ribeiro

Ministro Arnaldo Versiani

PROCURADOR-GERAL ELEITORAL

Roberto Monteiro Gurgel Santos



CONTEÚDO

Sua Trajetória	11
1. Audiências públicas	13
1.1. Campanha Eleições Limpas	13
1.2. Reforma política	17
1.3. Resoluções para as eleições de 2012	20
2. Convênios e parcerias	23
2.1. Banco Central e instituições financeiras.....	23
2.2. Forças Armadas e Polícia Federal	24
2.3. Ministério da Justiça	24
2.4. Advocacia-Geral da União.....	26
2.5. Instituto Brasileiro de Museus	28
2.6. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.....	29
3. Eleições 2010	31
3.1. Banco Central e instituições financeiras.....	33
4. Inclusão social e resgate da cidadania	37
4.1. Central do Eleitor	37
4.2. Missão institucional aos estados de Alagoas e Pernambuco	38
4.3. Programa Educativo Eleições 2010.....	39
4.4. Programa Educação Voluntária.....	40
4.5. Programa de acessibilidade	41
4.6. Legislação eleitoral em áudio	41
4.7. Apoio à formação de estudantes.....	42
4.8. Visita de estudantes de Direito.....	42
4.9. Justiça Eleitoral itinerante.....	43
5. Interação com os tribunais regionais eleitorais	45
5.1. Encontro Nacional de Secretários Judiciários	45
5.2. Projeto TRE Convidado	45
5.3. Portal da Justiça Eleitoral	46
5.4. 5º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral	46
5.5. Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral.....	47
5.6. Concursos nacionais de remoção	47
5.7. Capacitação de pessoal e concursos públicos.....	48
5.8. Oficinas de treinamento do Siafi Gerencial.....	48
5.9. Sistema de custos da Justiça Eleitoral	49
5.10. Reunião de Cerimonialistas da Justiça Eleitoral	49
6. Julgamentos mais importantes	51
6.1. Lei da Ficha Limpa.....	52

6.2. Novos partidos	52
6.3. Governadores.....	52
6.4. Eleições 2012	53
7. Nova sede.....	55
8. Palestras, conferências e congressos.....	59
9. Reforma política	63
10. Sistema de identificação biométrica	67
11. Solenidades e cerimônias oficiais.....	71
11.1. Solenidade de posse nos cargos de presidente e de vice-presidente do TSE	72
11.2. Solenidade de diplomação da presidente e do vice-presidente da República.....	72
11.3. Solenidade de posse no cargo de corregedor-geral eleitoral	73
11.4. Solenidade de posse no cargo de ministro efetivo	73
11.5. Solenidade de posse no cargo de ministro substituto	73
11.6. Solenidade de inauguração da nova sede.....	73
11.7. Cerimônias de assinatura de declarações, entendimentos e acordos	74
12. Viagens e relações internacionais	77
12.1. Viagens internacionais.....	77
12.2. Audiências de caráter protocolar e temático	78
12.3. Divulgação internacional	80
12.4. Plano bilateral	81
12.5. Missão de observação internacional das eleições	81
13. Visitas institucionais	83
14. Íntegra do discurso do Ministro Ricardo Lewandowski na cerimônia de posse da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – 18.4.2012.	84





SUA TRAJETÓRIA

“Embora à semelhança da deusa Têmis, esteja a Justiça Eleitoral sempre pronta a brandir a espada, para reequilibrar os pratos da balança que sustenta em suas mãos, ela não estimulará a esterilizante judicialização da política, deixando que seus atores, conquanto não desbordem os lindes da legalidade, resolvam as respectivas disputas na arena que lhes é própria, de modo a permitir que a tenra planta da democracia, semeada pelos constituintes de 1988, possa encontrar forças em suas próprias raízes” (trecho do discurso de posse do Ministro Ricardo Lewandowski na Presidência do TSE).



1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Com o intuito de tornar cada vez mais transparentes as suas ações e promover, com a sociedade, o debate acerca do processo eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou diversas audiências públicas em 2010 e 2011. Mereceram destaque, entre outras: as audiências públicas promovidas por ocasião da campanha Eleições Limpas – Não Vendo meu Voto; a audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados, em que o Ministro Ricardo Lewandowski discorreu sobre a reforma política; e as audiências públicas sobre as resoluções das Eleições 2012.

1.1. CAMPANHA ELEIÇÕES LIMPAS

Em 3 de setembro de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) promoveram audiência pública na cidade de Pirenópolis/GO, por ocasião do lançamento da campanha Eleições Limpas – Não Vendo meu Voto.

O principal objetivo da campanha foi estimular o voto consciente, por meio da aproximação entre a Justiça Eleitoral (JE) e os cidadãos. Durante o mês de setembro, foram realizadas audiências públicas em diversos municípios do Brasil, nas quais os juízes eleitorais tiveram a oportunidade de falar diretamente com a população e tirar dúvidas sobre o processo eleitoral.

Para o Ministro Ricardo Lewandowski, a campanha teve “uma importância extraordinária porque visa a fazer com que o eleitor tenha consciência da importância da democracia, que se renovou recentemente em nosso país”.

A audiência pública em Pirenópolis foi um notável exemplo do verdadeiro exercício da democracia, ocasião em que a população local teve a oportunidade de levar as suas questões diretamente ao Ministro Ricardo Lewandowski e às demais autoridades presentes.

A Lei da Ficha Limpa, a quantidade de recursos que candidatos às eleições podem apresentar à Justiça e o voto dos jovens foram os temas mais debatidos entre autoridades e os cerca de 300 cidadãos que participaram do Dia Nacional de Audiências Públicas na cidade goiana.

O Dia Nacional de Audiências Públicas é o ápice da campanha Eleições Limpas – Não Vendo meu Voto, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros e com o Ministério Público Federal. Em todo o país, foram realizadas audiências em mais de 200 cidades. O objetivo é aproximar o eleitor da Justiça e conscientizá-lo da importância do voto e do seu próprio papel na eleição, no sentido de fiscalizar os candidatos e o processo eleitoral como um todo.

Em Pirenópolis, as perguntas dos eleitores foram respondidas pelo presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski, pelo presidente da AMB, Mozart Valadares, pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, e pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Antes de responder às perguntas dos eleitores, o presidente do TSE destacou a importância da presença dos cidadãos no evento. Apesar de estarem presentes várias autoridades na audiência, “os personagens mais importantes do evento são os eleitores”, disse o ministro, que ressaltou, ainda, que os eleitores também são os juízes mais importantes da eleição, pois são eles que julgam quem deve ser eleito.

O presidente do TSE disse, também, que os eleitores devem escolher os seus candidatos sem nenhuma pressão, inclusive financeira, além de votar com a consciência de que aquele candidato merece o seu voto. “O eleitor deve apertar as teclas da urna sem pressão e consciente”, afirmou o ministro.

FICHA LIMPA

Muitos eleitores apresentaram dúvidas sobre como saber se o candidato em quem pretendem votar está quite com a Justiça ou não sofre nenhum pedido de impugnação. O presidente do TSE esclareceu que não compete à Justiça Eleitoral apresentar os candidatos com situação irregular à sociedade. No entanto, a JE incentiva o eleitor a conhecer o passado do candidato, de forma pedagógica, por meio da campanha institucional divulgada nas emissoras de rádio e televisão, e disponibiliza, no site do TSE, todos os dados dos concorrentes, como certidões criminais e declaração de bens.

Quanto às denúncias de irregularidades nas campanhas dos candidatos, o ministro e as demais autoridades orientaram os eleitores a procurarem o juiz ou a promotoria eleitoral, a Polícia Federal ou um Comitê 9840 (www.lei9840.org.br).

Depois, em entrevista a jornalistas, o ministro disse que o candidato eleito só poderá ser diplomado (requisito para a posse) se tiver o registro da candidatura aprovado, conforme jurisprudência do TSE e dispositivo legal (art. 16-A da Lei nº 9.504/2007). Ou seja, apesar de a lei permitir que ele pratique todos os atos de campanha e concorra sub judice, a diplomação está condicionada à concessão do registro, que por sua vez depende da “ficha limpa”.



RECURSOS

A população também expressou, por meio de perguntas, a preocupação sobre a possibilidade de um candidato que eventualmente tenha o registro impugnado continuar a fazer campanha e não ser julgado em definitivo antes das eleições, tendo em vista a quantidade de recursos em geral apresentada.

Quanto a essa questão, o presidente do TSE explicou que há, no Brasil, quatro instâncias recursais, e que há de prevalecer o trâmite do processo legal. Dessa forma, um julgamento que começou no juiz eleitoral da cidade, por exemplo, pode continuar no Tribunal Regional Eleitoral, ir para o TSE e, se envolver questões constitucionais, como é o caso da Lei Complementar nº 135 (Lei da Ficha Limpa), chegar até o Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o procurador-geral da República, a reforma da legislação processual é a solução para que um processo seja julgado em um prazo menor. O presidente da OAB também vê na reforma a alternativa de se diminuir o tempo do trâmite dos processos. Ophir Cavalcante destacou ainda a Lei da Ficha Limpa, que vai ser discutida pelo STF, e concluiu: “na dúvida, o eleitor deve votar em quem não tem pendência. Não vote em quem está com processo em curso”.

VOTO JOVEM

Alguns jovens estudantes de Pirenópolis disseram que não tiraram o título até 5 de maio deste ano e, portanto, não vão votar nas eleições de outubro. O presidente do TSE informou que, de acordo com o cadastro de eleitores, de fato, o número de jovens que têm entre 16 e 18 anos e não são obrigados a votar vem diminuindo ao longo dos anos. Autoridades eleitorais de Goiás lembraram que divulgaram o Projeto Eleitor do Futuro nas escolas, incentivando os estudantes a participarem do processo eleitoral. Mesmo não sendo mais possível se cadastrar para votar neste ano, o presidente da AMB firmou o compromisso de levar a campanha de alistamento do órgão à cidade ainda em 2010 para incentivar os jovens a votarem nos próximos pleitos.

HUMORISTAS

Questionado sobre a decisão do STF em permitir que humoristas possam fazer uso de montagem e trucagem para falar sobre os candidatos, o Ministro Lewandowski ressaltou que a Justiça Eleitoral jamais aplicou qualquer sanção a artistas que já utilizaram esses recursos em eleições anteriores. Além disso, sobre a possibilidade de a trucagem e a montagem serem usadas inclusive no horário eleitoral gratuito, o presidente do TSE afirmou que a Corte está preparada para julgar possíveis pedidos de direito de resposta e que convocará quantas sessões extraordinárias forem necessárias para analisar os pedidos.

COLA

O presidente do TSE incentivou os eleitores a levarem anotado o número de seus candidatos para votar, tendo em vista que, em outubro, serão escolhidos representantes de seis cargos (presidente da República, governador, dois senadores por estado, deputados federais e estaduais/distritais). Além de facilitar na hora de digitar os números na urna, a cola também vai tornar a votação mais ágil, disse o presidente ao concluir: “Eu vou levar a minha cola”.

1.2. REFORMA POLÍTICA

Em 14 de abril de 2011, o Ministro Ricardo Lewandowski participou de audiência pública na Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o presidente do TSE defendeu o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais; o limite nos gastos de campanha; o fim das doações das pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais; a democracia participativa por meio dos instrumentos de consulta popular presentes na Constituição (o referendo, o plebiscito e a iniciativa legislativa popular); e a instituição de uma cláusula de desempenho partidário “inteligente e razoável”, que garantisse a governabilidade e respeitasse os princípios do pluripartidarismo. O Ministro Lewandowski ressaltou também que o sistema eleitoral é um processo dinâmico e que, dessa forma, os congressistas deveriam se preocupar em fazer a reforma política possível.

O ministro frisou, logo no início de sua fala, que se pronunciava perante os deputados da comissão mais como cidadão e acadêmico do que propriamente como membro do Poder Judiciário. Até porque, segundo Lewandowski, “a competência para levar a cabo esta importante mas também espinhosa missão [a reforma política] é exclusiva do Congresso Nacional”. Lewandowski disse achar importante que os parlamentares tenham em mente que o sistema eleitoral é um processo dinâmico, e que dessa forma os congressistas devem se preocupar em fazer uma reforma possível.

Lewandowski foi convidado pelos integrantes da comissão para falar sobre sistemas eleitorais. As audiências públicas realizadas pela comissão têm como objetivo promover uma reforma política responsável, ampla e consistente, ouvindo as sugestões de diversos segmentos da sociedade civil e do poder público.

Após discorrer sobre a história do voto desde a instalação da Justiça Eleitoral no país, em 1932, o ministro falou sobre os principais pontos que estão na pauta da comissão, referente à reforma política.

COLIGAÇÕES

Lewandowski defendeu o fim das coligações para o sistema proporcional. Para ele, o voto proporcional e as coligações, da forma como existem hoje, seriam incompatíveis. O sistema proporcional tem como grande vantagem dar voz às minorias, disse o ministro. Mas depois do fim da verticalização das coligações, a reunião dos partidos, sem essa verticalização, retirou qualquer sentido ideológico ou programático dos blocos. A coligação só tem sentido “em um

sistema que tenha partidos ideológicos, programáticos, que se unem de forma vertical em todo o país para atingir um determinado fim, para tentar impor, dentro de um processo democrático, seu ideário”, assentou o ministro.

VOTO DISTRITAL

O presidente do TSE falou sobre o “distritão”, sistema misto que eliminaria o sistema proporcional e, conseqüentemente, a expressão das minorias. Isso porque o “distritão” adota o sistema majoritário, uma vez que seriam eleitos os candidatos mais votados no estado ou no município. “Isso beneficiaria o personalismo e enfraqueceria os partidos”, disse Lewandowski. Ao afastar o candidato de seu eleitor, esse sistema misto acaba, ainda, por encarecer a eleição, segundo ele.

Já o sistema distrital puro tem como principais vantagens aproximar o eleitor de seu candidato e reduzir o custo da eleição – o distrito é menor, o que possibilita ao candidato gastar menos para “falar” com seu eleitor. Mas, no entender do ministro, o sistema beneficiaria uma espécie de paroquialismo, uma vez que os candidatos eleitos por seus distritos acabariam por levar os problemas de suas comunidades para as assembleias legislativas ou até mesmo para a Câmara dos Deputados. Cada parlamentar seria como um “vereadorção”, disse Lewandowski, pedindo licença para o uso do termo.

LISTAS

O ministro fez considerações sobre a criação de listas para a disputa dos cargos. Segundo ele, a lista fechada é uma forma de fortalecer os partidos, mas tem como risco a perpetuação de oligarquias. Lewandowski disse que, se os parlamentares optarem por propor esse sistema, eles devem ter o devido cuidado para evitar essa perpetuação. Mais uma vez, o presidente do STF reiterou que o sistema de listas fechadas só faz sentido em um processo com partidos fortes. Para que esse sistema seja eficaz, conforme entendimento do magistrado, é necessário, ainda, garantir a participação da militância na elaboração dessas listas.

Outra crítica a esse tipo de lista é que ela frustra o eleitor, que não pode escolher os seus candidatos, lembrou Lewandowski. Isso porque, no sistema em uso no Brasil, o eleitor vota normalmente no candidato de sua preferência e, em consequência, no seu partido. A mudança nesse sistema pode gerar frustrações, disse o ministro.

VOTO FACULTATIVO

No entender do presidente do TSE, ao contrário do que muitos afirmam, o voto facultativo já existe no Brasil. O eleitor pode justificar sua falta às eleições com muita facilidade. Mas felizmente, apesar dessa facilidade, o cidadão brasileiro tem respondido de forma muito altaneira ao chamamento da Justiça Eleitoral. Nesse ponto, o ministro lembrou que, nas eleições de 2010, a abstenção média foi de 20%. Alguns países europeus, onde o voto é facultativo e os cidadãos são bastante politizados, houve abstenções da ordem de 80%, revelou. O ministro disse que, atualmente, é contrário à implantação do voto facultativo no Brasil.

REELEIÇÃO

Sobre a possibilidade de reeleição, Lewandowski frisou que o instituto pode dar ensejo ao uso da máquina pública em benefício próprio. Mas isso pode ser evitado pelo endurecimento das regras atualmente existentes, no que diz respeito ao abuso do poder político e econômico, sustentou o ministro. Mas por outro lado, o instituto permite a continuidade nas administrações, que também deve ser sopesado.

Como exemplo, o ministro revelou que nas duas últimas eleições gerais, 70% dos governadores dos estados que se candidataram a um novo mandato tiveram sucesso na reeleição. “Isso talvez diga alguma coisa”, disse Lewandowski. Além disso, lembrou, desde a implantação do instituto da reeleição no país, 75% das cassações de mandatos de governadores se deram por abuso de poder político e econômico — ou seja, por uso indevido da máquina administrativa.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Para Lewandowski, o financiamento público de campanha deve ser preponderante, mas não exclusivo. Ele disse ser favorável às doações de pessoas físicas ou naturais. “O eleitor, o cidadão, tem o direito político de financiar seus candidatos”, disse. Mas, no entender do ministro, as pessoas jurídicas deveriam ser proibidas de doar. Lewandowski manifestou-se, ainda, pela necessidade de se estipular um teto para os gastos de campanha.

Mais uma vez citando dados, o ministro revelou que, dos R\$3,3 bilhões gastos nas campanhas em 2010, as pessoas jurídicas doaram R\$2,512 bilhões, enquanto as pessoas físicas doaram R\$431 milhões, e o Fundo Partidário foi responsável por R\$65 milhões — além de R\$327 milhões de recursos dos próprios candidatos.

CLÁUSULA DE DESEMPENHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu que não deve haver cláusula de barreira; no entanto, o excesso de legendas acaba por dificultar a governabilidade, disse o ministro. Nesse sentido, Lewandowski acredita que é possível encontrar uma cláusula de desempenho inteligente e razoável, que respeite o princípio do pluripartidarismo em vigor no país, bem como a decisão do STF.

CONSULTA POPULAR

O ministro defendeu as formas de consulta popular, presentes no art. 14 da Constituição Federal: o referendo, o plebiscito e a iniciativa legislativa popular. A Constituição de 1988 trouxe a novidade da democracia participativa, que se soma à democracia representativa, explicou o ministro. Para ele, a participação popular é uma forma de qualificar a democracia.

Ainda segundo o magistrado, é necessário criar mecanismos para facilitar a expressão do cidadão, que hoje é praticamente impossível de se concretizar. Para o ministro, é preciso trazer o povo para dentro do Congresso Nacional. Assim, ao invés de o Congresso ser pautado preponderantemente pelo Poder Executivo, ele seria pautado também pela iniciativa legislativa popular.

“TEMOS QUE FAZER A REFORMA POLÍTICA POSSÍVEL”, DIZ LEWANDOWSKI

Em entrevistas concedidas a jornalistas antes e após a audiência pública realizada na Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, o presidente do TSE, Ricardo Lewandowski, disse entender que o Congresso Nacional tem que fazer “a reforma política possível” neste momento. “Tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal estabeleceram prazos para que essa reforma fosse levada a bom tempo. Portanto, eu penso que uma reforma ampla neste momento é impossível do ponto de vista prático”, destacou.

O ministro falou aos repórteres que sugeriu aos parlamentares presentes à audiência pública alguns temas para reflexão, entre eles, o fim das coligações nas eleições proporcionais e a imposição de limites para os gastos de campanha. Além disso, ele informou que se manifestou favoravelmente à manutenção do voto obrigatório nas eleições brasileiras.

Lewandowski ainda explicou aos jornalistas que, diante do art. 16 da Constituição Federal – segundo o qual qualquer reforma no processo eleitoral deve vigorar um ano antes para valer em eleições futuras –, se o Congresso Nacional desejar que as reformas valham para as eleições de 2012, “elas devem ser aprovadas até setembro [de 2011]”.

DESARMAMENTO

O presidente do TSE também foi arguido acerca da proposta de realização de um novo plebiscito sobre a proibição do comércio de armas de fogo no país. Ele respondeu que “a Justiça Eleitoral está preparada”. “Nós já fizemos estudos tanto para o plebiscito relativo ao desarmamento, como para um eventual plebiscito ou referendo acerca da reforma política. Mas precisamos de um prazo para que a Justiça Eleitoral possa se preparar e levar adiante essa consulta popular”, afirmou. Segundo ele, a consulta popular faz parte da democracia participativa, que foi instituída pela Constituição de 1988, e que oferece ao cidadão três instrumentos muito importantes: o referendo, o plebiscito e iniciativa legislativa popular. “Caso o Congresso Nacional decida que há necessidade de plebiscito, nós estaremos prontos a fazê-lo. Eu penso que, dentro da democracia participativa que nós vivemos, inaugurada pela Constituição de 88, o povo deve ser ouvido sempre que possível nas decisões cruciais que afetam a sociedade”, completou o ministro.

1.3. RESOLUÇÕES PARA AS ELEIÇÕES DE 2012

Realizadas no segundo semestre de 2011, as audiências públicas para tratar das resoluções atinentes às eleições de 2012 foram presididas pelo Ministro Arnaldo Versiani e contaram com a participação do Ministro Henrique Neves.

Essas audiências tiveram como objetivo receber e debater as sugestões dos partidos políticos e da sociedade em geral, buscando a consolidação das regras das eleições de maneira democrática e em conformidade com a legislação eleitoral.

Além de incentivar a participação da sociedade na formulação das regras para o pleito de 2012, a aprovação de todas as resoluções, ainda no ano de 2011, possibilitou que a Justiça Eleitoral tivesse um prazo maior para pesquisar e licitar os produtos e serviços necessários à realização das eleições, o que contribuiu para a redução do custo do veto.

Foram, no total, quatro audiências públicas, em que se debateram resoluções sobre os seguintes assuntos: prestação de contas eleitorais; atos preparatórios; propaganda eleitoral; condutas vedadas; representações; assinatura digital do sistema; cédulas de contingência; formulários e lacres para as urnas eletrônicas; pesquisas eleitorais; apuração dos crimes eleitorais; escolha e registro de candidatos; recepção de votos; garantias eleitorais; justificativa eleitoral; totalização e proclamação dos resultados; e diplomação.

Além dos representantes dos partidos políticos, participaram das discussões membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e juízes eleitorais, entre outros interessados.

Em entrevista com jornalistas, o Ministro Lewandowski explicou que o TSE surgiu em 1932, no bojo da Revolução de 30, a qual teve o objetivo de moralizar os costumes políticos. “Desde então [o TSE] tem prestado, a meu ver, excelentes serviços à democracia. Sintomaticamente, toda vez que a Justiça Eleitoral foi enfraquecida, a própria democracia foi enfraquecida. Isso aconteceu durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, e aconteceu também durante o regime militar”, disse.

No que tange especificamente às resoluções editadas pela Justiça Eleitoral, o presidente do TSE esclareceu que basicamente 85% delas reproduzem, na íntegra, as várias leis – produzidas pelo Congresso Nacional – que dizem respeito à questão eleitoral. Cerca de 10% dessas normas consolidam a jurisprudência do Tribunal no sentido de interpretar a legislação eleitoral, e os 5% restantes cuidam de questões operacionais, como, por exemplo, o modo de organização das mesas receptoras e de treinamento dos mesários.

“Portanto, não há nenhuma extrapolação por parte do TSE quando edita resoluções, e, se porventura, o Tribunal extrapolar, o sistema jurídico tem instrumentos próprios para coibir esse eventual abuso”, destacou o ministro. Lewandowski ainda salientou que, além de o Código Eleitoral ter mais de 50 anos e estar defasado, a Justiça Eleitoral tem de lidar com as normas eleitorais previstas na Constituição Federal, na legislação complementar e na legislação ordinária.

“Isso precisa ser harmonizado. Quando o TSE, antes de cada eleição, edita uma resolução é justamente no sentido de facilitar a atividade dos políticos, dos candidatos e de todos aqueles que se dedicam à organização das eleições”, concluiu.



NOME / NAME

FERNANDA DE CARVALHO

DA SILVA

SEXO / SEX

FEM

NATIONALITY

DATE OF BIRTH

EXPIRY

2. CONVÊNIOS E PARCERIAS

Durante a gestão 2010-2012, sob a presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, o Tribunal Superior Eleitoral firmou diversos convênios, parcerias e ações conjuntas com outras instituições, no intuito de aprimorar os serviços prestados pela Corte, de compartilhar conhecimentos, tecnologias e processos, bem como de garantir a segurança do processo eleitoral brasileiro. Alguns dos compromissos firmados entre o TSE e as instituições parceiras são apresentados a seguir.

2.1. BANCO CENTRAL E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior Eleitoral determinou, por meio da Resolução-TSE nº 22.715/2008, a obrigatoriedade de envio dos extratos eletrônicos por parte das instituições financeiras.

Para cumprir a determinação naquele ano, entretanto, não houve uma uniformização dos procedimentos de geração, envio e recepção dos extratos eletrônicos. Dessa forma, a Secretaria de Controle Interno do TSE recebeu, em 2008, arquivos eletrônicos dos mais diversos formatos, o que impossibilitou o uso desses arquivos no exame das contas eleitorais.

Para as Eleições 2010, foi constituído um grupo de trabalho com servidores das secretarias de Controle Interno e Auditoria e de Tecnologia da Informação do TSE juntamente com os representantes do Banco Central do Brasil (Bacen) e das instituições financeiras e suas entidades representativas. O grupo de trabalho realizou seis reuniões, em que foram estabelecidos procedimentos, regras e responsabilidades quanto à geração, ao envio e à validação dos extratos eletrônicos. Tais parâmetros foram consolidados no Regulamento do Extrato Eletrônico das Eleições 2010.

Com isso, pela primeira vez em caráter funcional, a Justiça Eleitoral recebeu das instituições financeiras o extrato eletrônico das contas eleitorais de candidatos e comitês financeiros das Eleições 2010, o que possibilitou confrontar as informações de doações e gastos eleitorais declarados nas prestações de contas com os débitos e créditos do extrato eletrônico, e agilizou, sobremaneira, o exame da movimentação financeira de campanha.

2.2. FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA FEDERAL

Como já é praxe desde 1994, o Tribunal Superior Eleitoral contou com o apoio das Forças Armadas no tocante ao serviço de transporte de servidores da Justiça Eleitoral e de material utilizado nas Eleições 2010 e no plebiscito realizado no Estado do Pará em 2011. Possibilitou-se, assim, que moradores de municípios longínquos e de difícil acesso também pudessem exercer o direito ao voto.

Por ocasião das Eleições 2010, foi celebrado um termo de cooperação técnica entre o TSE e a Polícia Federal (PF), com o objetivo de garantir a segurança do pleito, estabelecendo as atribuições de cada um dos órgãos.

O termo instituiu, entre outros itens, a incumbência do TSE em autorizar e fiscalizar as operações da PF, instruindo os policiais federais sobre as especificidades dos crimes eleitorais, entre outras ações de integração.

Entre as atribuições da PF, estava a prestação de informações ao TSE sobre os planejamentos operacionais e os resultados das missões policiais.

2.3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Convênios firmados entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério da Justiça (MJ) em setembro de 2010 promoveram a integração de ações desses órgãos nas áreas de identificação civil e de combate a fraudes em campanhas eleitorais.

O acordo de cooperação técnica na área de identificação civil visa integrar o cadastro eleitoral ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (Sinric). Esse sistema foi criado com a finalidade de implementar o número único do Registro de Identidade Civil (RIC), que será o novo documento de identidade dos brasileiros.

O TSE disponibilizará o registro dos eleitores, incluindo os dados biométricos colhidos e, para cada registro repassado, o MJ emitirá o respectivo documento de identificação contendo o número do RIC.

No tocante ao combate a fraudes em campanhas eleitorais, o TSE e o MJ passaram a realizar intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos sobre investigações dessas práticas ilegais. A ação tem a finalidade de combater fraudes e desvios em financiamento de campanhas eleitorais e atividades partidárias, no que se refere à lavagem de dinheiro.

O acordo firmado entre os dois órgãos prevê o compartilhamento de softwares utilizados no Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Criado em 2006, o LAB-LD é uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça.



O TSE somente utilizará os instrumentos disponibilizados pelo MJ para apuração de suposta fraude em campanhas caso haja evidência de ilícito nas contas dos candidatos e partidos. O protocolo assinado entre os dois órgãos prevê ainda a confidencialidade e a segurança na transferência dos dados, a fim de resguardar o sigilo legal das informações.

2.4. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

O Tribunal Superior Eleitoral e a Advocacia-Geral da União (AGU) firmaram, em janeiro de 2012, uma parceria para facilitar a recuperação judicial de recursos gastos pelo Erário com eleições suplementares, realizadas sempre que uma eleição regular é anulada em razão do indeferimento do registro da candidatura do eleito ou da cassação de seu mandato.

Com base em informações do TSE, a AGU pretende responsabilizar judicialmente os candidatos que derem causa à anulação da eleição ou os ocupantes de cargo eletivo que tiverem o mandato cassado, além de cobrar dos responsáveis os valores gastos com a eleição suplementar.

“Este convênio possui um significado maior, justamente o significado pedagógico: uma mensagem que nós mandamos àqueles candidatos que não queiram agir corretamente, dando causa às anulações das eleições: que tomem mais cuidado”. A declaração foi dada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, após a assinatura de convênio entre o TSE e a AGU.

De acordo com levantamento feito pelo TSE, a União já gastou cerca de R\$6 milhões com os pleitos suplementares desde 2004, sendo que quase metade deste valor foi gasto em 2010 e 2011.

Após a assinatura do acordo com o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, o Ministro Ricardo Lewandowski ressaltou que os gastos decorrentes de eleições suplementares, às quais candidatos cassados “deram causa”, são recursos públicos que devem ser recuperados. Ele lembrou que a legislação permite à União buscar ressarcimento por quem supostamente causou dano ao Erário.

“É um dinheiro público, é um prejuízo, um dano que foi causado ao Erário em função de um ilícito praticado, e o nosso ordenamento jurídico autoriza, então, que esses danos sejam regularmente ressarcidos”, disse o ministro.

A remessa das informações sobre eleições suplementares convocadas em razão de cassações de políticos eleitos, por práticas de abuso de poder econômico, político ou compra de votos, permitirá que a AGU possa ingressar com ações cobrando dos políticos os custos das eleições que provocaram.

Lewandowski disse ainda que eleições suplementares importam “a mobilização da máquina eleitoral, mobilização nos TREs, de servidores, juízes, mesários, a requisição de força federal aos municípios [nos casos aprovados pelo TSE]”, o que causa sempre certo transtorno e gastos.





CARÁTER PEDAGÓGICO

Ao destacar em seu pronunciamento o “caráter pedagógico e didático”, o presidente do TSE frisou que a parceria também serve de “alerta” tanto para os políticos cassados que causaram a necessidade de realização de eleições suplementares como para os partidos, a fim de que escolham melhor seus candidatos. “Dessa forma nós estaremos contribuindo para a moralização dos costumes políticos”, disse o ministro.

O advogado-geral da União, Luís Adams, afirmou, por sua vez, que, com esse acordo de cooperação, a AGU atua em parceria com a Justiça Eleitoral, a qual, segundo ele, já coíbe prontamente os abusos eleitorais cometidos por candidatos.

“Eu acredito que essa colaboração que a AGU presta à Justiça Eleitoral, em conformidade com esse convênio, é algo que vem aperfeiçoar um modelo que já funciona muito bem. Eu me sinto particularmente enaltecido por estar assinando esse ato como forma de fazer avançar mais a nossa democracia e a legitimidade da nossa representação política que tem sido cada vez mais aperfeiçoada”, disse Adams.

A eleição suplementar ocorre sempre que o pleito regular é anulado, devido ao indeferimento do registro de candidatura do eleito ou da cassação do seu mandato. Para realizar os pleitos suplementares, a Justiça Eleitoral efetua uma série de gastos referentes ao pagamento de despesas com auxílio-alimentação dos mesários e transporte de urnas eletrônicas, entre outros. Desde dezembro de 2008, após as eleições municipais daquele ano, foram realizadas 176 novas eleições, sendo que outras quatro estão agendadas para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2012.

TERCEIRO ACORDO

O presidente do TSE destacou que o acordo de cooperação com a AGU é o terceiro firmado pelo Tribunal nos últimos anos, no sentido do constante aprimoramento da Justiça Eleitoral.

O ministro lembrou, no evento, que o Tribunal já assinou acordo com o Ministério da Justiça colocando à disposição do órgão sua base de dados para que pudesse suprir o sistema RIC, necessário à emissão da nova carteira de identidade. Em contrapartida, o TSE assegurou que os eleitores tivessem prioridade na obtenção do documento.

Outro acordo de cooperação assinado pelo TSE foi com a Caixa Econômica Federal (CEF), no momento em que a Justiça Eleitoral começou a realizar o cadastramento biométrico de 10 milhões de eleitores visando à eleição municipal de 2012. No convênio, a Caixa disponibilizou, para a Justiça Eleitoral, Kits Bio, equipamento utilizado para coleta de digital e fotografia de eleitores. Em compensação, a Justiça Eleitoral forneceu à Caixa alguns dados necessários para que a instituição pudesse fazer pagamento de benefícios. “Esse acordo com a AGU é também da mais alta importância”, salientou o ministro.

O magistrado disse ainda que, de 2004 a 2011, os gastos da Justiça Eleitoral com essas eleições atingiram R\$6 milhões, “o que é uma importância bastante considerável”.

O acordo foi assinado no gabinete da Presidência do TSE, localizado no 9º andar da nova sede da Corte, no Setor de Administração Federal Sul, em Brasília/DF.

O ACORDO

Por meio da parceria firmada nesta quinta-feira, que valerá por cinco anos, a Justiça Eleitoral repassará à Advocacia-Geral da União informações acerca dos políticos que tiveram seus mandatos cassados ou os registros de candidatura indeferidos, ocasionando, assim, a realização de novas eleições. Os dados serão transmitidos sem a emissão de nenhum juízo por parte do TSE, para que a AGU avalie se deve responsabilizar judicialmente e cobrar de determinado político o custo gerado ao Erário devido à anulação do pleito regular e a consequente realização do pleito suplementar.

A Justiça Eleitoral também informará a AGU sobre os custos de realização das novas eleições. A partir daí, os advogados da União poderão ajuizar ações civis públicas de ressarcimento cobrando os valores gastos nos pleitos suplementares.

Essas ações tramitarão na Justiça Federal. Isso porque, segundo o art. 109, inciso I, da Constituição Federal, cabe aos juízes federais processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

A Justiça Eleitoral realiza eleições suplementares quando o candidato eleito em primeiro turno e com mais de 50% dos votos tiver o registro indeferido ou o mandato cassado por prática de alguma irregularidade ou crime eleitoral, observado o período restante do mandato e as regras específicas.

Alguns exemplos são compra de votos, abuso de poder político ou econômico e utilização indevida dos meios de comunicação, entre outros. Isso porque a condenação gera anulação do próprio resultado do pleito.

2.5. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Nos dias 7 e 8 de novembro de 2011, o Tribunal Superior Eleitoral realizou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a oficina Museu, Memória e Cidadania. A oficina faz parte do Programa de Qualificação em Museologia do Ibram.

A participação do TSE nesse programa visou alinhar o conhecimento dos servidores da Justiça Eleitoral envolvidos com a área de memória institucional, para que no futuro se possa criar, desenvolver e implementar a Rede de Museus da Justiça Eleitoral.

2.6. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Em maio de 2010, foi firmado protocolo de cooperação entre o TSE e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo (TRT/SP), para implantação, nesse Tribunal, da Solução de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), desenvolvida pelo TSE. A colaboração se dá por meio da cessão dos códigos-fonte das aplicações que compõem o sistema, da capacitação dos técnicos da unidade de tecnologia da informação e da unidade de gestão de pessoas do TRT/SP e do suporte remoto a essas unidades, até a completa implantação da solução.

Em outubro de 2011, foram concluídas as atividades de capacitação dos servidores do TRT/SP, permanecendo o suporte técnico do TSE necessário às atividades de produção do sistema.



3. ELEIÇÕES 2010

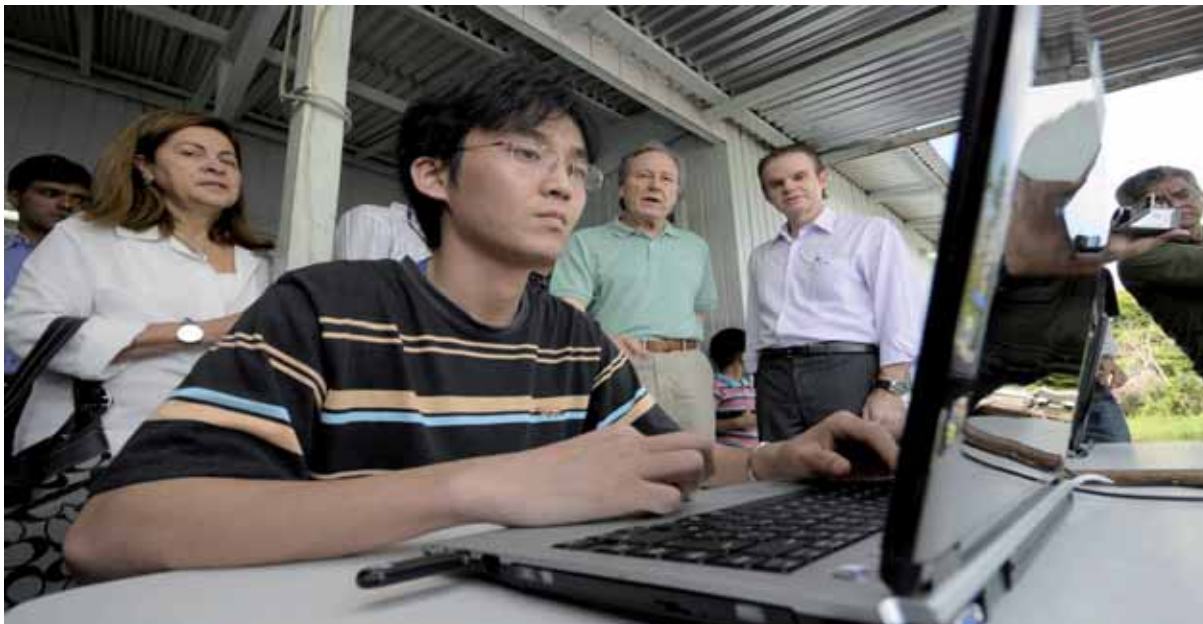
Nas palavras do Ministro Ricardo Lewandowski, as Eleições 2010 foram “marcadas pela eficiência, segurança, transparência e grandiosidade”. Os números são emblemáticos: 24.805 servidores efetivos da Justiça Eleitoral, 196 membros de cortes eleitorais, 3.013 juízes eleitorais e 2.183.390 mesários colaboraram para que o processo eleitoral transcorresse de maneira tranquila e eficaz. Foram 135.804.433 eleitores aptos, que puderam votar em 5.567 municípios do país e em 126 localidades situadas no exterior.

As Eleições 2010 contaram com nove candidatos a presidente da República, 167 candidatos aos governos estaduais e ao governo do Distrito Federal, 272 candidatos a senador, 6.020 candidatos a deputado federal e 15.267 candidatos a deputado estadual ou distrital.

O pleito ratificou o processo de constante evolução tecnológica do sistema eleitoral brasileiro, que propiciou uma célere apuração dos votos. Em apenas uma hora e quatro minutos após o encerramento da votação em todo o Brasil, a apuração já estava concluída. Segundo o Ministro Ricardo Lewandowski, esse fato pacificou o país, por mais que tenha sido acirrada a disputa tanto no primeiro quanto no segundo turno. Também mereceram destaque o baixo índice de substituição de urnas eletrônicas e a adoção do sistema de identificação biométrica em larga escala.

O alto grau de planejamento e alinhamento de todos os tribunais eleitorais, bem como o engajamento de todos os envolvidos, garantiram o sucesso do pleito. As Eleições 2010 contaram, tanto no seu planejamento quanto na sua integração, com nove grupos técnicos, formados por servidores do TSE e dos tribunais regionais eleitorais. Além desses grupos, o Escritório Corporativo de Projetos do Tribunal Superior Eleitoral, unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos corporativos do órgão, monitorou o Programa Eleições, composto por uma carteira de 53 projetos ligados à realização do pleito de 2010.

A atuação do Escritório Corporativo de Projetos e o constante acompanhamento de todos os projetos responsáveis pelas eleições propiciaram a mudança da cultura organizacional no TSE para uma cultura de planejamento e controle das ações, com melhor sinergia entre as áreas envolvidas para a solução de problemas e a prevenção contra possíveis riscos.



Isso resultou em melhorias no processo de tomada de decisão, na autoestima dos servidores envolvidos nos projetos e na gestão como um todo.

Duas inovações importantes implantadas nesta gestão e que tiveram impacto na comunicação do Tribunal Superior Eleitoral com o público externo foram a Central do Eleitor – canal direto de comunicação entre o eleitor e o TSE – e o Comitê de Estatística, responsável pelo estudo, pela padronização e normatização do processo de divulgação de dados e informações relacionados às eleições.

Como resultado do planejamento logístico, as Eleições 2010 foram as mais estáveis de toda a história da votação eletrônica, com índices de substituição de urnas e de votação manual extremamente baixos.

Para as Eleições 2010, a infraestrutura de transmissão dos dados eleitorais recebeu grandes investimentos, que possibilitaram uma divulgação de resultados muito mais rápida. Foram adquiridos 56 novos servidores, com capacidade de processamento seis vezes mais rápida que os equipamentos anteriores. Foram instalados dois servidores em cada tribunal regional eleitoral e mais dois no TSE.

A Justiça Eleitoral também ampliou em 19% a capacidade de seu Sistema de Comunicação de Dados Via Satélite (SMSat), utilizado para transmissão de boletins de urna a partir de locais sem infraestrutura. No pleito de 2010, foi constatada a existência de mais de 1.200 locais de votação de difícil acesso, espalhados por cerca de 400 municípios de 15 estados brasileiros, cuja transmissão de dados e resultados foi realizada via satélite.

As inovações da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, representaram grande impacto na sistemática de cadastramento de eleitores adotada pela Justiça Eleitoral. Dentre essas inovações, estavam o voto em trânsito, para os cargos de presidente e vice-presidente da República, e o voto de presos provisórios e de menores em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em 2010, foram instaladas 159 seções para o voto em trânsito, em que mais de 80 mil eleitores estavam aptos a votar no primeiro turno e cerca de 75 mil no segundo turno. Já para viabilizar o voto de eleitores com restrição provisória de liberdade, foram instaladas 356 seções para atendimento de 19.933 eleitores aptos a votar.

Cumprе ressaltar o apoio das Forças Armadas para a realização das Eleições 2010, no tocante ao serviço de transporte de pessoas e material a ser utilizado no pleito. Esse serviço é prestado desde 1994 e possibilita que a Justiça Eleitoral alcance municípios longínquos, inclusive comunidades

indígenas, inacessíveis por via terrestre ou fluvial, o que possibilita o exercício do direito de voto a uma grande parcela de eleitores brasileiros que, sem esse apoio logístico das Forças Armadas, não participariam do pleito.

Para as Eleições 2010, o TSE acolheu pedidos de tribunais regionais eleitorais e autorizou o envio de força federal para 256 municípios em 12 estados: Pará (108); Piauí (53); Amazonas (20); Rio Grande do Norte (20); Tocantins (15); Alagoas (12); Rondônia (10); Sergipe (8); Maranhão (7); Paraíba (1); Mato Grosso do Sul (1); Amapá (1).



O Tribunal Superior Eleitoral veiculou a campanha de esclarecimento ao eleitor, sob responsabilidade da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics), entre os dias 31 de julho e 31 de outubro de 2010. Durante esse período, a Justiça Eleitoral ocupou dez minutos diários da programação das emissoras de rádio e televisão para transmitir mensagens de conscientização e orientação aos eleitores, conforme prevê o art. 93 da Lei nº 9.504/1997.

A campanha foi aberta com um pronunciamento do Ministro Ricardo Lewandowski, às 20 horas do dia 31 de julho, em rede nacional de rádio e TV. Houve outros dois pronunciamentos do presidente do TSE, sempre na véspera de cada turno das Eleições 2010 (2 e 30 de outubro, respectivamente). A campanha também contou com um *hotsite* na Internet, exposições de painéis, instalação de totens digitais em aeroportos, além de serviço de *call center* para tirar dúvidas de emissoras de rádio e TV.

Com o intuito de instruir, de forma lúdica, crianças e adolescentes quanto à importância do voto, o Tribunal Superior Eleitoral publicou a *Revista do Eleitor*. A publicação teve duas versões distintas, uma voltada para o público infantil e outra para o público jovem. Temas como incentivo à participação do idoso, idade mínima para votar, horário de votação, voto em trânsito e voto igual para todos foram abordados na revista. Foram impressos 190 mil exemplares e distribuídos nas escolas da rede pública do Distrito Federal.

Paralelamente à edição impressa, foi desenvolvido o site da *Revista do Eleitor*. Na página, foram disponibilizados jogos, papéis de paredes, *links* para projetos eleitorais infantojuvenis de vários tribunais regionais eleitorais, bem como os números da revista em formato PDF, para *download*.

TESTES DE SEGURANÇA DA URNA ELETRÔNICA

Com fundamento nos pilares da segurança e da transparência, o TSE realizou duas edições dos Testes Públicos de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação, em 2009 e 2012. Nas duas oportunidades, o Ministro Ricardo Lewandowski foi o organizador dos testes, possibilitando que investigadores inscritos apresentassem e executassem planos de “ataque” aos componentes externos e internos da urna eletrônica e sistemas correlatos. Como resultado dos testes, o TSE tomou medidas para reforçar a segurança dos equipamentos e programas de computador e garantir eleições ainda mais confiáveis.

O objetivo dos testes é contribuir para o aperfeiçoamento do *software* e/ou do *hardware* da urna eletrônica e dos demais programas eleitorais, para aprimorar a segurança e a confiabilidade do sistema eletrônico de votação. “Os testes de segurança são uma evidência do compromisso da Justiça Eleitoral e da área de tecnologia de transparência com o eleitor”, segundo o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino.

Em ambas as oportunidades foram selecionadas, por comissão avaliadora composta por acadêmicos e cientistas, as melhores propostas de tentativas de ataque. O objetivo dos testes não se restringe a um desafio. É muito mais do que isso. É aproveitar a contribuição da sociedade brasileira, principalmente daqueles que têm um conhecimento específico, para promover progressos no que diz respeito à segurança do sistema eleitoral.

1ª EDIÇÃO

A primeira edição dos testes foi realizada de 10 a 13 de novembro de 2009, na antiga sede do TSE, em Brasília/DF. Nenhum dos testes conseguiu violar a urna e os programas colocados à prova. No entanto, as ideias apresentadas pelos especialistas contribuíram para o aperfeiçoamento tecnológico da votação. Sérgio Freitas, especialista em Tecnologia da Informação que foi premiado, tentou violar o sigilo do voto por meio da captação de ondas eletromagnéticas emitidas pelas teclas da urna durante a digitação.

Apesar de não obter sucesso, já que o aparelho de rádio utilizado pelo investigador somente conseguiu captar essa radiação a uma distância de 10 centímetros da urna eletrônica, o que na prática torna inviável a violação, o TSE desenvolveu novas barreiras de segurança. O secretário explica que foi implantada, no teclado da urna, uma espécie de blindagem que minimizou a irradiação das teclas. Essa medida impede que um simples aparelho de rádio capte os sons emitidos pelas teclas da urna.

Outra melhoria foi feita nos lacres dos envelopes. Desde a conclusão dos testes de 2009, os envelopes começaram a ser relacionados numericamente com os lacres, isto é, passaram a ter o mesmo número que os lacres.



PROGRESSOS NA 2ª EDIÇÃO

Já a segunda edição dos testes foi realizada nos dias 20 a 22 de março de 2012 e teve como premiado em primeiro lugar o grupo formado por servidores da Universidade de Brasília (UnB), que conseguiu refazer o sequenciamento dos votos apresentados pelo Registro Digital do Voto (RDV) sem, contudo, quebrar o sigilo do voto, pois não conseguiu relacionar o nome dos eleitores com os votos digitados na urna. O RDV é uma lista emitida após todo o processo de votação e apuração dos votos, que objetiva permitir aos partidos políticos e outros interessados realizar eventual recontagem da votação.

Os votos digitados na urna são gravados de forma aleatória, a partir de um algoritmo computacional, o que impede seu sequenciamento, uma vez que são embaralhados digitalmente na hora em que são gravados. O que o teste conseguiu foi colocar os votos na ordem em que foram digitados na urna. Entretanto, seria praticamente inviável saber a ordem de votação, já que esta é feita por ordem de chegada à seção e a lista de eleitores de uma determinada seção é disponibilizada aos mesários em ordem alfabética.

Além disso, o ataque do grupo da UnB só foi possível graças à disponibilização, aos participantes, do código-fonte de todos os *softwares* executados pela urna, algo que, em uma eleição normal, não ocorre.

A qualidade das pesquisas contribuiu para melhorar ainda mais a segurança da urna eletrônica. Alguns dias depois dos resultados, o TSE desenvolveu um algoritmo muito mais forte. Esse retorno do segundo teste contribuiu no sentido do fortalecimento do algoritmo e do embaralhamento do RDV. Com isso, não há como identificar a sequência de votos do eleitor. Além disso, o sistema apaga os votos brancos (quando alguém falta) para dificultar ainda mais a identificação da sequência de votação.

Com o intuito de informar ainda mais sobre os recursos de segurança do sistema eletrônico de votação brasileiro, foi elaborada a cartilha [Por dentro da urna](#), lançada em 2010.





4. INCLUSÃO SOCIAL E RESGATE DA CIDADANIA

Diversas ações realizadas entre 2010 e 2012 pelo Tribunal Superior Eleitoral buscaram promover a inclusão social e o resgate da cidadania, conceitos que se tornaram a tônica da gestão do TSE nesse biênio.

Nesse sentido, elencam-se, a seguir, algumas das mais importantes ações promovidas pelo Tribunal.

4.1. CENTRAL DO ELEITOR

Melhorar a comunicação com a sociedade, possibilitando aos cidadãos apresentar sugestões e esclarecer dúvidas relativas ao processo eleitoral e às atividades institucionais da Casa, era uma necessidade premente do Tribunal Superior Eleitoral.

Com esse objetivo, a Corte aprovou, na sessão plenária do dia 20 de maio de 2010, a Resolução-TSE nº 23.268/2010, que criou a Central do Eleitor para ser um canal direto de comunicação entre o cidadão e o TSE.

Vinculada à Presidência do Tribunal, a Central do Eleitor teve papel fundamental durante o processo eleitoral de 2010 e durante o plebiscito no Pará, em 2011. A Central do Eleitor cumpre o papel pedagógico de auxiliar o cidadão no acesso aos dados e serviços disponíveis no site do Tribunal; de possibilitar a manifestação dos cidadãos sobre todo e qualquer serviço prestado, elevando os padrões de transparência e qualidade das atividades desenvolvidas pelo Tribunal; de prestar informações e esclarecimentos sobre os atos da Corte ou de sua responsabilidade, para, dessa forma, promover a aproximação do jurisdicionado com a Justiça Eleitoral; e de incentivar ações que estimulem o exercício da cidadania.

Como importante complemento ao trabalho desenvolvido pela Central do Eleitor, o TSE lançou, em dezembro de 2011, a *Carta de serviços ao eleitor* – livreto impresso em papel reciclável com passo a passo de todos os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral. Também foi disponibilizada uma versão eletrônica do livreto no *site* do TSE.

4.2. MISSÃO INSTITUCIONAL AOS ESTADOS DE ALAGOAS E PERNAMBUCO

Em meados de junho de 2010, vários municípios dos estados de Alagoas e Pernambuco foram atingidos por chuvas intensas, que causaram as cheias dos rios da região, acarretando sérios danos aos cartórios eleitorais e aos locais de votação, o que importou em graves consequências para a realização do pleito eleitoral daquele ano.

O Ministro Ricardo Lewandowski acompanhou *in loco* a situação nos dois estados. Em Pernambuco, visitou o cartório eleitoral de Palmares e sobrevoou de helicóptero as áreas mais devastadas do estado. Na ocasião, afirmou: “deparei-me com uma situação calamitosa. O TSE vai envidar todos os esforços possíveis para minorar o sofrimento da população para que tenhamos uma eleição dentro da normalidade”.

Em Alagoas, visitou as cidades de Rio Largo, Murici e Branquinha. Ao fim da visita, fez a seguinte avaliação: “As notícias que tínhamos pelos jornais e TV não dão a dimensão da tragédia humana e material que encontrei aqui. Eu queria dizer que fiquei extremamente impressionado com as providências que a Justiça Eleitoral já tomou” e acrescentou: “Levaremos para Brasília um relatório das necessidades, e vamos fazer todo o possível para minorar os prejuízos e o sofrimento da população”.





O Tribunal Superior Eleitoral enviou uma equipe de cinco servidores de seu quadro funcional aos municípios mais atingidos pelas enchentes. A equipe vistoriou 15 municípios. Além de registrarem os estragos causados na infraestrutura, apontando as ações necessárias para garantir a realização das Eleições 2010 nesses municípios, os servidores documentaram, por meio de fotografias, a situação das cidades e de seus habitantes, bem como as ações solidárias promovidas pela Justiça Eleitoral e por outras instituições públicas naqueles municípios. As fotografias fizeram parte de uma exposição em 2010 e também ilustraram um livro-reportagem editado pelo TSE em 2011.

4.3. PROGRAMA EDUCATIVO ELEIÇÕES 2010

O Programa Educativo Eleições 2010 consistiu de visita guiada a duas exposições de curta duração – Espaço da Urna e Eleições em Foco – e tinha como objetivo promover a reflexão do público-alvo sobre conceitos de voto, democracia e cidadania.

Para garantir o cumprimento do objetivo, além da construção dos circuitos expográficos, a Seção de Acervos Especiais, vinculada à Secretaria de Gestão da Informação (SGI) do Tribunal Superior Eleitoral, construiu um roteiro educativo, que abarcou atividades diversificadas.

A proposta didática do Espaço da Urna foi utilizar os elementos eleitorais – cédulas, títulos, urnas e diplomas de investidura –, assim como a história das eleições no Brasil, como fatos geradores de discussão de conceitos relevantes para a reflexão dos estudantes sobre a importância do ato de votar, quais sejam: direitos políticos, cidadania e democracia.

Eleições em Foco foi uma exposição fotográfica formada com base em acervo constituído por registros das eleições feitos pelos servidores dos tribunais regionais eleitorais. O objetivo dessa exposição foi, além de divulgar a memória da Justiça Eleitoral, demonstrar os desafios e as especificidades da realização das eleições em cada região do Brasil e, para isso, foi necessário

envolvimento dos agentes da Justiça Eleitoral na produção do material fotográfico. Além das fotografias, constavam das exposições dados das eleições por região e os dados consolidados do Brasil.

Ao fim do circuito educativo do Espaço da Urna, os estudantes eram convidados a visitar a exposição Eleições em Foco, momento em que eram trabalhadas as diversidades geográficas e socioeconômicas do Brasil e como essas diversidades se manifestam na organização das eleições.

O público-alvo do Programa Educativo foi formado por estudantes da rede pública e privada de ensino fundamental e médio. No período de 24 de agosto a 5 de dezembro de 2010, passaram pelo TSE 378 estudantes de quatro escolas.

O Ministro Ricardo Lewandowski visitou, no dia 29 de setembro daquele ano, o Centro de Ensino Fundamental 104 Norte, em Brasília, uma das escolas participantes do Programa Educativo das Eleições 2010.

Na ocasião, o ministro entregou cartilhas do eleitor e conversou com alunos sobre a importância do voto e do processo eleitoral.

4.4. PROGRAMA EDUCAÇÃO VOLUNTÁRIA

O Programa Educação Voluntária teve início no final de 2010, com o objetivo de proporcionar aos servidores a prática do voluntariado, por meio da educação, como uma forma de promover a cidadania corporativa, expandindo a aprendizagem coletiva para além do quadro de servidores, incluindo, assim, os colaboradores (funcionários terceirizados e menores aprendizes) que atuam no Tribunal Superior Eleitoral.

Além disso, o programa busca desenvolver, nos servidores, os valores de *comprometimento* e de *integração*; proporcionar realização pessoal, resultado do sentimento de ser socialmente útil; e valorizar os colaboradores, que contribuem para o bom funcionamento do Tribunal.

No exercício de 2011, foram ministrados os cursos Conhecendo o Tribunal Superior Eleitoral, Educação em Saúde, Automaquiagem, e Leitura e Aprendizagem, atendendo um total de 160 colaboradores.

4.5. PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

Em atenção ao disposto na Recomendação nº 27, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior Eleitoral instituiu comissão multidisciplinar para o planejamento, a elaboração e o acompanhamento de medidas para a efetivação do acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais aos cargos públicos e a preparação dos servidores para o atendimento dessas pessoas no âmbito do TSE.

Além da criação da comissão multidisciplinar, destacaram-se as seguintes medidas:

- Adaptação das dependências do Tribunal, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência, nos termos da normativa técnica em vigor (ABNT 9050).
- Permissão de entrada e permanência de cães-guias em todas as dependências dos edifícios e de sua extensão.
- Inclusão, nos editais de concursos públicos, da previsão constitucional de reserva de cargos para pessoas com deficiência.
- Habilitação de servidores em cursos oficiais de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).
- Anotação, na capa dos autos, da prioridade concedida à tramitação de processos administrativos cuja parte seja pessoa com deficiência e à tramitação de processos judiciais, quando a parte tiver idade igual ou superior a 60 anos ou se estiver com alguma doença grave.

4.6. LEGISLAÇÃO ELEITORAL EM ÁUDIO

Ainda no tocante à questão da acessibilidade, atento ao dever de fomentar a inclusão social e a autonomia das pessoas com deficiência, o Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com a Câmara dos Deputados, lançou em 2010 três audiolivros: *Código Eleitoral*, *Lei de Inelegibilidade* e *Lei das Eleições*.

Essa iniciativa teve por objetivo eliminar barreiras de comunicação e garantir a autonomia das pessoas com deficiência visual, valorizando o respeito às diferenças.

O trabalho marca uma nova fase na política de acessibilidade do Tribunal, em que leitores de tela dão espaço à locução humana, e parâmetros técnicos são utilizados para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual.

Além de terem sido expedidos para cerca de 700 instituições de apoio a deficientes, os audiolivros estão disponíveis para execução e *download* no portal do TSE.

4.7. APOIO À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES

O Tribunal Superior Eleitoral, em apoio à formação integral dos estudantes, promoveu e ampliou os programas Estágio Estudantil e Menores Aprendizizes, com aumento do número de vagas de estágio e dos valores da bolsa e do auxílio-transporte.

Sob a supervisão da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), o TSE acolheu também menores aprendizes oriundos da Rede Solidária Anjos do Amanhã, em conformidade com o acordo de cooperação técnica firmado entre o Centro Salesiano do Menor (Cesam) e a Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal. A Rede Solidária Anjos do Amanhã tem como objetivo a inclusão de menores jurisdicionados, em conflito com a lei ou sob aplicação de medida de proteção.

Em 2011, foi elaborado o Projeto Menor Aprendiz, com ações educativas direcionadas aos adolescentes do programa de aprendizagem do TSE, cujo objetivo é auxiliá-los na formação pessoal, profissional e escolar, bem como prepará-los para o mercado de trabalho. Importa salientar, ainda, que o projeto proporciona a esses jovens um ambiente adequado para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais para o futuro profissional.

A participação dos adolescentes nos eventos contribuiu para despertar a cidadania e conscientizá-los da sua importância. Os encontros possibilitaram integração e compartilhamento de experiências entre os adolescentes.

Dentre as ações realizadas, destacam-se: a visita ao Cartório Eleitoral da 14ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, em julho de 2011, na qual, além de informações sobre alistamento e título eleitoral, alguns adolescentes obtiveram seu título de eleitor; a realização de palestras ministradas por servidores do Tribunal sobre o papel da justiça eleitoral e democracia, em agosto de 2011, e sobre técnicas e métodos de estudos, em setembro de 2011, culminando com a formação de uma turma para o curso Meu Projeto de Futuro, ministrado por servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), em outubro de 2011.

4.8. VISITA DE ESTUDANTES DE DIREITO

Durante a atual gestão, o Tribunal Superior Eleitoral recebeu a visita de aproximadamente 400 estudantes do curso superior de Direito, de 12 instituições de ensino superior, oriundos de cinco estados (PR, RO, RS, SC e SP) e do Distrito Federal.

Os estudantes foram recebidos pela Assessoria de Cerimonial da Presidência. Durante a visita, puderam conhecer as instalações do Tribunal, assistir a vídeos institucionais, conversar com um dos ministros substitutos da classe dos juristas e assistir à sessão plenária do dia. Após a visita, cada estudante recebeu um certificado, com validação das horas correspondentes à visita como créditos de atividades de extensão universitária.

O Tribunal recebeu também a visita de dezenas de estudantes do Programa Teixeira de Freitas para Intercâmbio de Estudantes de Direito, promovido pelas cortes supremas dos países integrantes do Mercosul.

Os alunos, oriundos da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, além do roteiro descrito acima, tiveram a oportunidade de conhecer o sistema de votação eletrônica utilizado no Brasil e de participar de uma eleição simulada, com uso da urna eletrônica biométrica.

4.9. JUSTIÇA ELEITORAL ITINERANTE

O Tribunal Superior Eleitoral, o TRE/RJ e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, lançaram, em julho de 2011, o Projeto TRE Cidadão – Justiça Eleitoral Itinerante. Por meio do projeto, dois ônibus equipados com *kits* biométricos funcionam como um cartório eleitoral – apto a realizar alistamento, transferência, revisão e segunda via de título –, e prestam atendimento à população. O sistema permite que os moradores da comunidade que requisitarem o título de eleitor recebam o documento imediatamente.

A comunidade do Jardim Batan, no bairro de Realengo, na capital fluminense, que conta com uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), foi a primeira a receber o projeto, que possibilita a moradores de áreas pacificadas o acesso a documentos, como título de eleitor, a transferência do domicílio eleitoral e a regularização da situação eleitoral. Outras comunidades cariocas atendidas pelo serviço itinerante foram Providência e Cidade de Deus.

Durante o lançamento, o Ministro Ricardo Lewandowski citou o pensador italiano Norberto Bobbio ao destacar que o mundo atual preza pelos direitos das pessoas após vivenciar séculos de revoluções e guerras, sobretudo as duas guerras mundiais do século passado, que custaram milhões de vidas. “São direitos que todos os seres humanos têm, independentemente do local onde vivem e da classe social em que vivem”, afirmou o presidente do TSE, enfatizando a precedência do direito à cidadania: “O direito de exercer os direitos políticos, de votar e ser votado. Direito sem o qual, nenhum desses outros pode ser conquistado”.



5. INTERAÇÃO COM OS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Diversas ações promovidas pelo Tribunal Superior Eleitoral durante a atual gestão buscaram estreitar ainda mais as relações institucionais com os tribunais regionais eleitorais. Elencam-se, a seguir, algumas das ações realizadas no período.

5.1. ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS JUDICIÁRIOS

A Comissão Permanente de Secretários Judiciários e o Encontro Nacional de Secretários Judiciários são instrumentos destinados a promover, em conjunto com as secretarias judiciárias dos tribunais regionais eleitorais, a modernização e a padronização dos procedimentos da área, além de propor ideias para aperfeiçoamento dos sistemas informatizados e normatização de matérias afetas às secretarias judiciárias.

Em março de 2011, Brasília sediou o Encontro Nacional de Secretários Judiciários, ocasião em que foram discutidos assuntos como o *Glossário eleitoral brasileiro*, o balanço das Eleições 2010 e as perspectivas para 2012.

Em maio do mesmo ano, a Comissão Permanente de Secretários Judiciários reuniu-se, também em Brasília, para discutir vários assuntos de interesse das secretarias judiciárias, tais como o programa da qualidade, o Processo Judicial Eletrônico (PJE), as multas eleitorais, o horário de funcionamento dos tribunais, entre outros.

5.2. PROJETO TRE CONVIDADO

Por intermédio do Projeto TRE Convidado, servidores dos tribunais regionais visitam as coordenadorias vinculadas à Secretaria Judiciária (SJD) do TSE para adquirir conhecimentos que poderão ser materializados em ações na respectiva Corte Regional, bem como para esclarecer eventuais dúvidas sobre atividades cartorárias, tais como intimações de decisão, remessa de autos de processos, processamento de listas tríplices, etc.

Em 2011, a Secretaria Judiciária do TSE recebeu servidores dos tribunais regionais eleitorais de Tocantins e da Paraíba. Recentemente, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso também demonstrou interesse em participar do Projeto TRE Convidado.

5.3. PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

O Tribunal Superior Eleitoral lançou em junho de 2011 um novo leiaute para o portal da Justiça Eleitoral, o qual integra o conjunto de portais do TSE (www.tse.jus.br) e dos tribunais regionais eleitorais.

Além das mudanças referentes ao aspecto visual e à arquitetura da informação, a página passou a oferecer recursos de acessibilidade, tais como contraste, navegação via teclado, compatibilidade com leitores de tela, entre outras inovações.

O portal do TSE foi publicado na Internet, em setembro de 2011, com conteúdos dispostos de forma organizada, acessível e padronizada, criando um ambiente integrado, inclusive com o compartilhamento dos conteúdos entre os tribunais eleitorais.

Em 2011, foram implantados os portais dos seguintes tribunais regionais eleitorais: Acre, Pará, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí. Para 2012, foram previstas as implantações dos portais em mais 14 TREs. Após a implantação de todos os portais eleitorais, a busca de conteúdos poderá ser federada, por regional ou por todos os sites integrados.

5.4. 5º ENCONTRO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

Por ocasião do 5º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, buscou-se disseminar o conhecimento relativo à ferramenta estratégica de gestão de memória do Museu do TSE, bem como ao Plano Museológico.

Além disso, procurou-se trazer à reflexão questões teóricas de história e memória, subsidiando o projeto Comemoração dos 80 anos de Criação da Justiça Eleitoral. A iniciativa busca viabilizar a elaboração e divulgação de uma agenda comemorativa, que fará a integração dos eventos relacionados a essa efeméride, os quais serão preparados pelas unidades de memória em cada Tribunal Regional Eleitoral e também pelo TSE.

Essa visão está em concordância com a política de atuação do Museu do TSE, que, pelo seu regulamento, rege os eixos fundamentais do trabalho para a construção coletiva do conhecimento sobre a memória da Justiça Eleitoral, valorizando as particularidades culturais de cada região administrativa do Brasil por meio da participação dos tribunais regionais eleitorais.

O desenvolvimento coletivo da agenda comemorativa pelas áreas da Justiça Eleitoral reforça a existência do Comitê Consultivo previsto pelo Regulamento do Museu do TSE, e corrobora com a utilização de instrumentos de gestão para a efetivação da ação e a ideia de trabalho transdisciplinar.

5.5. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

Em abril de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral sediou o 2º Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário, no qual foram elaboradas as diretrizes de implementação do Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (PGD/JE), elaborado por um grupo multidisciplinar composto por representantes do TSE e dos tribunais regionais eleitorais de todo o país e aprovado pela Res.-TSE nº 23.379/2002.

O programa visa o desenvolvimento de infraestrutura para as áreas de gestão documental, a promoção do desenvolvimento e do uso de técnicas de gestão da informação e a promoção de pesquisa na área arquivística no âmbito da Justiça Eleitoral.

Destaca-se no PGD/JE a instituição do Sistema de Arquivos da Justiça Eleitoral (Saje), com vistas à integração e ao desenvolvimento dos arquivos, à preservação do patrimônio arquivístico, ao compartilhamento de recursos de gestão arquivística e à cooperação entre os servidores das áreas de gestão documental no âmbito da Justiça Eleitoral. O Saje será composto pelos arquivos dos tribunais eleitorais. Há também o Fundo Histórico Arquivístico da Justiça Eleitoral (Fhaje), com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura, ao tratamento e à proteção especial dos documentos arquivísticos considerados de guarda permanente nos arquivos da Justiça Eleitoral.

5.6. CONCURSOS NACIONAIS DE REMOÇÃO

No exercício de 2010, foi realizado o I Concurso Nacional de Remoção, por permuta, no âmbito da Justiça Eleitoral, nos termos da Resolução-TSE nº 23.092/2007. As etapas do concurso foram totalmente processadas por meio de ferramenta informatizada desenvolvida para essa finalidade. Participaram do certame 814 servidores de 26 tribunais regionais eleitorais. Ao final, 51 servidores foram removidos.

O II Concurso Nacional de Remoção ocorreu no segundo semestre de 2011, observando os mesmos procedimentos do concurso anterior, com a participação de 613 servidores de 27 tribunais regionais eleitorais, resultando em 42 servidores removidos.

5.7. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL E CONCURSOS PÚBLICOS

A contar do exercício de 2010, a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE buscou equalizar, na medida do possível, as despesas com capacitação de recursos humanos, com o intuito de diminuir a diferença entre os valores *per capita* distribuídos aos tribunais regionais eleitorais. A título de ilustração, verifica-se que, entre o TRE que recebeu mais recursos financeiros e o que recebeu menos recursos *per capita*, a variação era de aproximadamente seis vezes.

Em 2011, com uma distribuição mais equânime, foi possível aumentar os valores *per capita* em 20 tribunais regionais eleitorais. E, para o exercício de 2012, propõe-se, no projeto de lei orçamentária, continuar o processo de redução das discrepâncias entre os tribunais para ações de capacitação de recursos humanos, reduzindo a amplitude das diferenças observada no início da gestão para três vezes, o que deverá elevar a média para cerca de R\$1 mil por servidor da Justiça Eleitoral.

Para a realização de concursos públicos com vistas ao provimento de cargos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral, foram disponibilizados, em 2010, cerca de R\$26 milhões, tendo sido contemplados 11 tribunais regionais eleitorais.

Em 2011, foram alocados R\$11,9 milhões com a mesma finalidade, sendo atendidos três tribunais regionais eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral. Para adicionar a esse valor, foram solicitados ao Ministério do Planejamento mais R\$7,6 milhões, com o intuito de viabilizar a realização de mais dois concursos públicos em tribunais regionais eleitorais.

Para o exercício de 2012, foi solicitado crédito orçamentário de R\$1,9 milhão a fim de efetivar o provimento de cargos em mais um tribunal regional eleitoral.

5.8. OFICINAS DE TREINAMENTO DO SIAFI GERENCIAL

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi Gerencial) é um importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do governo federal, configurando-se atualmente no maior e mais abrangente instrumento de administração das finanças públicas, entre os seus congêneres conhecidos no mundo.

Nos últimos dois anos, a setorial contábil do TSE envidou esforços para divulgar esse instrumento por meio de oficinas nos tribunais regionais eleitorais, realizando diversos treinamentos do Siafi Gerencial.

As primeiras oficinas foram promovidas em abril de 2009. No ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011, foram treinados servidores do TSE e dos tribunais regionais eleitorais dos

estados: Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Em outubro de 2011, foi a vez dos tribunais regionais eleitorais dos estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Esse sistema, como principal ferramenta de consulta gerencial às informações orçamentárias, financeiras e contábeis da União, tornará mais ágil a captação de dados para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira na Justiça Eleitoral.

5.9. SISTEMA DE CUSTOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

A Portaria nº 362, de 24 de junho de 2010, instituiu a Câmara Técnica Provisória de Apuração de Custos do Processo Eleitoral, com o objetivo de analisar e indicar a metodologia de apuração de custos a ser utilizada pela Justiça Eleitoral. O relatório apresentado, em novembro de 2010, embasará os trabalhos seguintes para a definição de um sistema de apropriação de custos.

Em continuidade a esse tema, foi instituído, por meio da Portaria nº 274, de 30 de maio de 2011, grupo de trabalho incumbido de realizar estudos e propor orientações e procedimentos para implantação de informação de custos na JE. Essa equipe, liderada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE (SOF), conta ainda com a participação de um tribunal regional eleitoral de cada região geográfica brasileira: Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Paraná.

5.10. REUNIÃO DE CERIMONIALISTAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

De modo até então inédito, nos dias 2 e 3 de agosto de 2011, foi realizada a primeira Reunião de Cerimonialistas da Justiça Eleitoral, que congregou cerimonialistas e representantes de 24 tribunais regionais eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral, num total de 54 participantes.

Organizado pela Assessoria de Cerimonial da Presidência (ACP), o encontro serviu para promover avanços acerca do estabelecimento de normas de cerimonial a serem observadas no âmbito da Justiça Eleitoral, de modo a harmonizar entendimentos e procedimentos entre os tribunais regionais eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral.

Presente ao evento, o Ministro Ricardo Lewandowski recordou que “o Brasil atualmente ocupa lugar de destaque no cenário internacional, cujo protagonismo não permite mais o ‘jeitinho’ e a improvisação. Daí, a necessidade de uma Assessoria de Cerimonial altamente profissional, composta por especialistas dotados de profundos conhecimentos jurídicos, históricos, sociológicos e antropológicos”. Por fim, ressaltou “a importância fundamental do Cerimonial na manutenção e preservação da harmonia entre os poderes e as instituições, que são independentes e autônomos entre si, privilegiando a sua representação por meio da condução correta das cerimônias”.



6. JULGAMENTOS MAIS IMPORTANTES

Na atual gestão, o Tribunal Superior Eleitoral cumpriu, como de praxe, com sua missão institucional de assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado.

Em 2010, ano eleitoral, foram distribuídos 9.899 processos e recursos aos ministros do TSE, o que representou um aumento de quase 46% em relação às eleições gerais de 2006. Os ministros julgaram 8.273 processos.

Em relação aos processos de registro de candidatura – prioridade em todo ano de eleição –, dos 1.932 recursos especiais e ordinários que abordaram o tema, 1.851 foram decididos, o que corresponde a 96% do total.

Ainda em 2010, o TSE realizou 88 sessões jurisdicionais, das quais 73 foram ordinárias e 15 extraordinárias; além de 82 sessões administrativas, das quais 69 foram ordinárias e 13 extraordinárias.

Em 2011, foram 4.696 decisões colegiadas proferidas durante as sessões de julgamento no Plenário do Tribunal. Além disso, os ministros decidiram monocraticamente 7.909 processos.

Nesse mesmo ano, foram realizadas 142 sessões, das quais 69 foram sessões jurisdicionais ordinárias e 7 jurisdicionais extraordinárias, 56 sessões administrativas ordinárias e 6 administrativas extraordinárias e 4 sessões solenes.

Com o intuito de conferir mais agilidade ao trâmite dos processos, a Secretaria Judiciária do TSE adotou o Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001:2008, para o escopo de protocolização, autuação e distribuição dos processos nas classes *habeas corpus*, mandado de segurança e ação cautelar.

Uma das metas desse sistema diz respeito ao tempo médio de tramitação dos processos do escopo. As atividades de protocolização, autuação, montagem do processo, distribuição e conclusão ao ministro relator devem ser efetivadas no prazo de até 1h30.

Uma auditoria externa realizada em junho de 2011 observou o cumprimento dessa meta, conferindo à Secretaria Judiciária do TSE a manutenção da certificação ISO 9001:2008. Para o Ministro Ricardo Lewandowski, o Tribunal Superior Eleitoral, com esses resultados, contribui para “o engrandecimento da Justiça Eleitoral, a qual, para orgulho de todos nós, é reconhecida no Brasil e no exterior como sinônimo de eficiência, celeridade e transparência”.

A seguir, listam-se alguns dos temas de mais repercussão julgados pelo TSE no biênio.

6.1. LEI DA FICHA LIMPA

O aumento observado no número de processos em trâmite no TSE, em especial durante o período eleitoral de 2010, deveu-se, em parte, à promulgação da Lei Complementar nº 135, conhecida como Lei da Ficha Limpa, que estabeleceu causas de inelegibilidade, por até oito anos, a candidatos condenados criminalmente pela Justiça Eleitoral por improbidade administrativa ou por terem renunciado ao mandato eletivo para escapar de uma cassação.

Em decisão proferida em junho de 2010, a Corte do TSE definiu que a Lei da Ficha Limpa poderia ser aplicada a partir das eleições daquele ano. Em outro julgamento, ocorrido em agosto do mesmo ano, o Tribunal decidiu que a Lei da Ficha Limpa poderia alcançar, no tocante ao período de inelegibilidade, candidatos condenados anteriormente à sua vigência, adotando-se, assim, os prazos previstos pela nova lei.

6.2. NOVOS PARTIDOS

O Tribunal Superior Eleitoral deferiu, em 2011, a concessão de registro de dois novos partidos políticos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Pátria Livre (PPL). Ambas as agremiações poderão lançar candidatos para as eleições municipais de 2012.

6.3. GOVERNADORES

O TSE analisou, em 2011, quatro processos que pediam a cassação de governadores. Um deles, em outubro, foi contra a governadora Rosalba Ciarlini, do Rio Grande do Norte. Por maioria de votos, os ministros decidiram manter a governadora no cargo.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, foi alvo de dois processos de cassação. Em fevereiro de 2011, foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, mas foi mantido no cargo por meio de liminar concedida pelo TSE no mesmo mês. Em julgamento realizado em novembro de 2011, a maioria dos ministros do TSE concluiu que uma falha processual impedia a Corte de continuar com o processo. Posteriormente, em janeiro de 2012, o TSE concedeu outra liminar mantendo o governador no cargo, o que suspendeu nova cassação decidida pelo TRE/RR em dezembro de 2011.

Outro governador julgado no TSE em 2011 foi Teotônio Vilela, de Alagoas. A maioria dos ministros da Casa votou pela manutenção do mandato do governador, acusado de abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição. No entanto, o governador e seu vice foram multados em R\$10 mil e R\$5 mil, respectivamente.

6.4. ELEIÇÕES 2012

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou, ainda em 2011, a maioria das resoluções norteadoras das eleições municipais de 2012 – dentre elas, o calendário eleitoral. As eleições de 2012 estão marcadas para o dia 7 de outubro.

Nas palavras do Ministro Ricardo Lewandowski, essa antecipação “permite que todos os envolvidos no pleito – juízes, eleitores, mesários e efetivo de segurança – possam se preparar, bem como adiantar as licitações para aquisição de bens e serviços, antecipação que resulta na redução do custo da eleição”.





7. NOVA SEDE

O Tribunal Superior Eleitoral inaugurou, em 15 de dezembro de 2011, seu novo Edifício-Sede, localizado no Setor de Administração Federal Sul, em Brasília/DF. O projeto da nova sede do TSE, a sexta na história do Tribunal, foi do arquiteto Oscar Niemeyer. As instalações do novo prédio, construído sob conceitos de sustentabilidade, somam 115.578 m², sendo que um terço dessa área é destinado a estacionamento e depósito de urnas eletrônicas.

A construção da nova sede do TSE fez-se necessária devido ao aumento da quantidade de serviços prestados pela Justiça Eleitoral nas últimas décadas. Desde a inauguração da antiga sede, na Praça dos Tribunais Superiores, há 40 anos, houve crescimento no eleitorado brasileiro, que saltou de 30 milhões para 136 milhões, e o consequente aumento no número de servidores da Corte, de 70, em 1971, para 768, nos dias de hoje.

Na solenidade de inauguração, o Ministro Presidente Ricardo Lewandowski lançou com propriedade o *slogan* Tribunal da Democracia ao TSE, ressaltado pelo Ministro Gilson Dipp, o qual, em entrevista para o STJ, complementou: “[...] A democracia brasileira e a amplitude do contraditório e da defesa no processo eleitoral requeriam uma sede moderna, que obedece princípios ecológicos e tem um significado muito grande: demonstrar que aqui é um pilar da democracia, aqui é onde se faz o cumprimento de normas democráticas através da vontade popular nas eleições”.

O edifício da Praça dos Tribunais Superiores deverá ser cedido para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), conforme acordo firmado em 2005, pelo qual o TSE recebeu terreno contíguo pertencente ao TRF-1.

Durante esta gestão, a ação orçamentária relativa à construção da nova sede do TSE teve 42,9% da sua dotação autorizada executada, o que refletiu significativo impulso na conclusão das obras em tempo hábil para a mudança. Até 31 de dezembro de 2011, foram gastos R\$327 milhões com a construção.

A mudança para o novo prédio ensejou o esforço conjunto das diversas áreas do Tribunal Superior Eleitoral no tocante ao planejamento e à execução da mudança, à aquisição de mobiliário e equipamentos, bem como à realocação dos servidores e colaboradores do Tribunal para o novo ambiente de trabalho.

Ressalta-se a realização exitosa de diversas licitações autônomas e a execução dos seus respectivos objetos, os quais se referem a sistemas e mobiliários complementares à obra, imprescindíveis ao funcionamento regular da nova sede do TSE, tais como os sistemas de segurança patrimonial, de detecção e alarme de incêndio, de supervisão predial, de telefonia, de captação e distribuição de áudio e vídeo, entre outros.

Essas licitações autônomas foram motivadas por força de decisão do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.067/2006, o qual determinou que o TSE, “com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade”, observasse “a necessidade de realização de licitação autônoma para aquisição de equipamentos e serviços, quando for comprovada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto licitado”.

A mudança também ensejou diversos projetos e ações institucionais orientados à realidade da nova sede. Dentre outros, destacam-se o Projeto Nossa Sede, a implantação do Museu do TSE e a instalação de novos ambientes de infraestrutura de tecnologia de informação.

Realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal Superior Eleitoral, o Projeto Nossa Sede teve como objetivo preparar os servidores do TSE para enfrentarem a mudança de prédio de forma tranquila e colaborativa. O projeto incluiu ações de boas-vindas aos servidores realocados na nova sede, palestra motivacional, distribuição de material gráfico com informações úteis durante o processo de mudança, promoção do descarte de material desnecessário e organização dos novos espaços de trabalho.

Considerando a destinação de um espaço físico de 732m² para instalação do Museu do TSE na nova sede, foram assegurados recursos materiais, financeiros e humanos para que o museu desempenhe adequadamente suas funções. A implantação do

Museu do TSE busca contribuir para a formação da consciência cidadã do eleitor, extrapolando a mera exposição de objetos e documentos que fizeram parte da Justiça Eleitoral, o que está intrinsecamente ligado ao interesse que o Tribunal possui em se fazer presente na sociedade.

A primeira etapa do projeto foi concluída em 2010, quando da finalização da Oficina para Elaboração do Plano Museológico do Museu do TSE. As demais etapas do projeto realizadas em 2011 referem-se à publicação do regulamento do Museu, à contratação de empresa para elaborar o projeto de concepção do Museu e à construção de conteúdos históricos, a partir da elaboração de uma linha curatorial.

No tocante à infraestrutura de tecnologia da informação, foram construídos, na nova sede do Tribunal, os ambientes destinados a hospedar o *data center* e o centro de monitoramento de rede do novo prédio. Ambos possuem níveis de proteção elevados e modernos sistemas de combate e prevenção de incidentes. A construção desses ambientes ocorreu sob orientação da Coordenadoria de Infraestrutura e acompanhamento da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura do TSE.





8. PALESTRAS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

O Ministro Ricardo Lewandowski, na qualidade de presidente do Tribunal Superior Eleitoral, participou de diversos eventos, nos quais teve a oportunidade de apresentar suas ideias e posições a respeito de temas diversos ligados ao Direito e ao processo eleitoral. Algumas das mais importantes ocasiões do biênio são citadas a seguir.

Promovido pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) em agosto de 2010, o Congresso Nacional Eleitoral abordou várias questões de grande relevância para o Direito Eleitoral. Na abertura do congresso, o ministro ressaltou aspectos históricos da vida política no Brasil que hoje se refletem no papel da Justiça Eleitoral para a consolidação da democracia brasileira e que também contribuíram, ao longo dos anos, para a efetiva redemocratização do país.

Em outubro de 2010, o presidente participou do XIII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, no qual discorreu sobre o tema Direitos Sociais e Ativismo Judicial.

Também participou, em janeiro de 2011, da II Conferência Mundial de Cortes Constitucionais. Na ocasião, autoridades estrangeiras assistiram ao vídeo Dia da Eleição, produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Em fevereiro de 2011, o Ministro Lewandowski esteve presente no LII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e no Encontro de Escolas Judiciárias Eleitorais, em Recife/PE. Na ocasião, ele destacou dados de pesquisa realizada pelo Instituto Sensus após as Eleições 2010, segundo a qual 94,4% dos eleitores aprovaram as urnas eletrônicas e 73% confiam na Justiça Eleitoral.

Ainda em fevereiro de 2011, pela primeira vez um presidente do TSE participou da sessão solene de abertura do ano legislativo do Congresso Nacional, na qual discursou aos novos parlamentares sobre a grandeza do processo eleitoral brasileiro.

Outro momento importante do Legislativo brasileiro que contou com a participação do presidente do TSE foi a instalação da Comissão da Câmara dos Deputados para a Reforma Política, em março de 2011.

Na ocasião, ele salientou que “por estarmos num momento de entressafra eleitoral e, portanto, longe das paixões políticas”, aquele era “um momento perfeito para se discutir a reforma política, porque a democracia está profundamente enraizada e pronta para aceitar os aperfeiçoamentos que o Congresso indicar”.

Também em março de 2011, o presidente proferiu aula magna sobre o tema Filosofia Política e Sistemas Eleitorais no Direito Comparado no I Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Direito Eleitoral e Direito Processual Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista.

Em agosto daquele ano, o presidente ministrou palestra sobre a reforma política na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na qual defendeu o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais, o limite nos gastos de campanha, o fim das doações das pessoas jurídicas e a instituição de uma cláusula de desempenho razoável.

No mesmo mês, ele também esteve presente no LIV Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em Belo Horizonte.

Já em outubro de 2011, o ministro proferiu a palestra Reflexões sobre a Justiça Eleitoral Brasileira, no encerramento do II Simpósio Jurídico dos Campos Gerais, promovido pelo Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em sua exposição, expressou opinião acerca da importância do fim das coligações nas eleições proporcionais, defendeu o financiamento público exclusivo de campanhas e criticou o excessivo número de partidos políticos no país.

Em novembro de 2011, o presidente participou da XXI Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba/PR. Nesse evento, ele apresentou suas ideias sobre a reforma política e propôs reflexões a respeito de temas como financiamento público de campanha, sistema de voto, democracia participativa e fim das coligações.

No mesmo mês, ele participou da cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, na Câmara dos Deputados. Ao discursar, enfatizou que os três poderes do Estado devem estar em sintonia com as constantes mudanças sociais, culturais e relacionais introduzidas pelo mundo globalizado para, sobretudo, assegurar aos cidadãos a concretização de seus direitos fundamentais.

Ainda em novembro de 2011, o Ministro Ricardo Lewandowski abriu o encontro Discussões Eleitorais, organizado em Salvador/BA pela Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, no qual destacou o prejuízo que o chamado hiperpartidarismo pode trazer à governabilidade do país.

Finalmente, em dezembro de 2011, o presidente ministrou aula magna acerca do tema Reflexões sobre a Justiça Eleitoral do Brasil a alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal.





9. REFORMA POLÍTICA

Ainda no início do ano legislativo de 2011, foram instaladas, no Congresso Nacional, duas comissões temporárias para discussão da reforma política, assunto com repercussão direta sobre a Justiça Eleitoral.

Além do acompanhamento das propostas normativas sobre reforma política que já tramitam no Congresso Nacional, como, por exemplo, um conjunto de propostas encaminhado pelo Poder Executivo em 2009, coube à Assessoria de Articulação Parlamentar do TSE acompanhar as discussões e novas propostas de emenda à Constituição e projetos de lei.

No Senado Federal, a Comissão de Reforma Política iniciou os trabalhos em fevereiro de 2011, e foi proposto um sumário de temas para a deliberação dos senadores integrantes da comissão.

Em abril do mesmo ano, foi entregue um relatório final à Presidência do Senado, o qual originou diversas propostas legislativas.

No nível constitucional, foram protocoladas propostas de emendas à Constituição sobre a duração do mandato do Poder Executivo, data da posse, reeleição, suplentes de senadores, vedação a coligações em eleições proporcionais, listas preordenadas para eleição da Câmara dos Deputados e aprovação de novo sistema eleitoral por referendo. No nível infraconstitucional, foram iniciados os debates sobre alteração de domicílio eleitoral de prefeitos, financiamento público de campanhas, fidelidade partidária e cláusula de desempenho de partidos.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial da Reforma Política se reuniu a partir de março de 2011 e o modo de trabalho transcorreu com ampla discussão de temas e agenda de audiências públicas.

Em outubro de 2011, foi apresentado relatório contendo anteprojeto de lei, que contemplou, entre outras medidas, a opção entre voto em lista proporcional ou voto nominal para a eleição da Câmara dos Deputados, assembleias estaduais e câmaras municipais, com substituição do sistema de quociente eleitoral pelo sistema das maiores médias. Outra proposta contemplada foi o financiamento público de campanhas, com a criação de fundo gerido pela Justiça Eleitoral,

que também faria a distribuição proporcional de recursos conforme o cargo pretendido e o número de eleitores da circunscrição eleitoral. O anteprojeto prevê a possibilidade de doações de pessoas jurídicas de direito privado ao referido fundo.

O Ministro Ricardo Lewandowski, em atenção a convite da comissão, compareceu à audiência pública. Na oportunidade, fez análise sobre diversos temas e esclareceu como a Justiça Eleitoral executa a administração do processo eleitoral. Foi um encontro profícuo, no qual ficou claro o tom harmônico do debate entre a Justiça Eleitoral e o Congresso Nacional Eleitoral Paulista.





10. SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

A implantação do sistema de identificação biométrica do eleitorado brasileiro avançou consideravelmente durante o biênio 2010-2011. O sistema permite identificar os eleitores por meio de suas impressões digitais.

O advento dessa nova tecnologia para identificação dos eleitores ensejou a atualização do cadastro eleitoral brasileiro. O último grande recadastramento do eleitorado nacional havia ocorrido em 1986. Os procedimentos para essa atualização foram disciplinados pela Resolução-TSE nº 23.335/2011.

Os números da Justiça Eleitoral ilustram o avanço na implantação do sistema de identificação biométrica dos eleitores. Na primeira experiência, nas eleições municipais de 2008, os municípios de Colorado do Oeste/RO, Fátima do Sul/MS e São João Batista/SC, cidades pioneiras no uso da tecnologia, somaram 40.728 eleitores votantes após serem identificados por biometria. Já nas eleições gerais de 2010, 1.136.140 eleitores, cadastrados em 60 cidades, puderam votar em urnas eletrônicas com leitor de identificação biométrica.

No primeiro semestre de 2011, começaram a ser recadastrados, para fins do uso da biometria, mais de 6,1 milhões de eleitores, incluindo a totalidade do eleitorado de dois estados da Região Nordeste (Alagoas e Sergipe), duas capitais estaduais (Curitiba e Porto Velho), dois municípios de São Paulo e outros seis de Pernambuco. Outros 72 municípios iniciaram a revisão biométrica do eleitorado no segundo semestre de 2011, devendo alcançar o quantitativo de mais de 665 mil eleitores. Ao todo, entre janeiro e novembro de 2011, foram convocados 6.820.329 eleitores para o recadastramento.

Para as eleições de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral estima que dez milhões de eleitores possam votar utilizando essa tecnologia. Com o sistema biométrico, o Brasil poderá criar o maior banco de dados de imagens de impressão digital existente no mundo.

Para o desenvolvimento do projeto de implantação do sistema de identificação biométrica no âmbito da Justiça Eleitoral, foram disponibilizados R\$85,1 milhões, compreendendo os exercícios de 2010 a 2012. Tais valores foram alocados com o intuito de adquirir *kits* biométricos e custear despesas administrativas do recadastramento.

Daquele total, R\$13,4 milhões foram alocados em 2010, R\$61,2 milhões em 2011 e, para 2012, foram planejados R\$20,7 milhões na proposta orçamentária elaborada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE.

Merece destaque o remanejamento de crédito para atender aos pedidos de descentralização de dotação orçamentária na implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, no Grupo de Natureza da Despesa (GND Pessoal), para arcar com as despesas de serviços extraordinários a serem prestados durante o cadastramento biométrico. Tal remanejamento atendeu ao disposto na Resolução-TSE nº 23.340/2011 e no Provimento nº 3/2011 da Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE), que relaciona os municípios a serem abrangidos.

A medida decorreu da observação, por parte do TSE, da necessidade de atender à demanda dos tribunais regionais eleitorais e do reconhecimento da importância de autorizar a prestação de serviços extraordinários para a condução tempestiva do cadastramento biométrico. Visou, assim, à viabilização das atividades inerentes, determinando critérios isonômicos para sua distribuição e orientando os tribunais envolvidos para que as despesas atendidas estivessem rigorosamente vinculadas à finalidade do gasto autorizado.





11. SOLENIDADES E CERIMÔNIAS OFICIAIS

A Assessoria de Cerimonial do TSE atuou intensamente na atual gestão, com o apoio e a confiança preponderantes e necessários do Ministro Ricardo Lewandowski e da Secretaria-Geral da Presidência, resultando em eventos com a exigibilidade protocolar e elegância determinadas pelo presidente da Corte.

Entre as solenidades e cerimônias oficiais do Tribunal, destacam-se a diplomação do presidente e do vice-presidente da República, e as posses nos cargos de presidente, vice-presidente, corregedor, ministro efetivo e ministro substituto na Corte. Foram realizadas ainda diversas cerimônias de assinatura de declarações, entendimentos e acordos bilaterais.

Nessas ocasiões, zela-se pela imagem institucional do Tribunal, em especial, na confecção e expedição de convites, na confirmação de presença e no recebimento de escusas, no acolhimento das autoridades convidadas para cada evento, na preservação da ordem de precedência, na elaboração da nominata e do roteiro da solenidade, bem como na condução dos atos.

Faz-se necessário também o contato institucional com outros órgãos governamentais, a exemplo da Presidência da República, do Itamaraty, do Exército Brasileiro, do Governo do Distrito Federal, dos órgãos de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Federal e Departamento de Trânsito) e dos cerimoniais das autoridades que se farão presentes.

Nas palavras do Ministro Ricardo Lewandowski, “o Cerimonial é como um algodão entre cristais, uma vez que consegue evitar conflitos institucionais importantes. A Constituição Federal dispõe que os poderes são independentes e harmônicos entre si. As solenidades de cada instituição não podem ser momentos de conflito, de rusgas, de choques institucionais. O Cerimonial exerce então papel fundamental para dar às solenidades a condução correta”¹⁴.

¹⁴ Reunião de Cerimonialistas da Justiça Eleitoral, 2011, Brasília. Ata n. 4. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011. {Relatório de Gestão} {Solenidades e Cerimônias Oficiais}76 77

11.1. SOLENIDADE DE POSSE NOS CARGOS DE PRESIDENTE E DE VICE-PRESIDENTE DO TSE

A solenidade de posse do Ministro Ricardo Lewandowski e da Ministra Cármen Lúcia, nos cargos de presidente e vice-presidente do TSE, respectivamente, ocorreu em 22.4.2010. Marcando o fortalecimento institucional do Tribunal, estiveram presentes o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes; o presidente do Senado, Senador José Sarney; e o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer.

11.2. SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO DA PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Um dos pontos culminantes das eleições de 2010, a solenidade de diplomação dos eleitos à Presidência e Vice-Presidência da República, realizada em 17.12.2010, entrou para a história como marco do avanço democrático das instituições republicanas, com a diplomação da primeira mulher eleita para o cargo mais alto do país, Dilma Rousseff.

Na solenidade, ela e o vice-presidente eleito, Michel Temer, receberam das mãos do Ministro Ricardo Lewandowski o diploma outorgado pela vontade da maioria da população brasileira, conforme o exercício livre, soberano e direto do voto.



11.3. SOLENIDADE DE POSSE NO CARGO DE CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL

Em 18.4.2011, o Ministro Hamilton Carvalhido tomou posse no cargo de corregedor-geral eleitoral, sucedendo ao Ministro Aldir Passarinho Júnior, em decorrência da aposentadoria deste. E, também por motivo de aposentadoria, a Ministra Nancy Andrighi sucedeu ao Ministro Hamilton Carvalhido.

Ao tomar posse no cargo, em solenidade ocorrida no dia 24.5.2011, a Ministra Nancy Andrighi tornou-se a primeira mulher a ocupar essa função, assumindo a incumbência de zelar pela regularidade das próximas eleições municipais.

11.4. SOLENIDADE DE POSSE NO CARGO DE MINISTRO EFETIVO

Ocorridas em sessão plenária solene, foram três as solenidades de posse em cargo de ministro efetivo: em 13.5.2010, o Ministro Marco Aurélio assumiu cadeira do STF, em decorrência do fim do biênio do Ministro Carlos Ayres Britto; em 26.4.2011, a Ministra Nancy Andrighi assumiu cadeira do STJ, em decorrência da aposentadoria do Ministro Aldir Passarinho

Júnior; e em 10.5.2011, o Ministro Gilson Dipp assumiu cadeira do STJ, em decorrência da aposentadoria do Ministro Hamilton Carvalhido.

11.5. SOLENIDADE DE POSSE NO CARGO DE MINISTRO SUBSTITUTO

Tomaram posse no cargos de ministros substitutos, em solenidades realizadas no Gabinete da Presidência, os seguintes ministros: nas vagas relativas ao STF, o Ministro Gilmar Mendes, em 17.8.2010, o Ministro Luiz Fux, em 31.5.2011, e o Ministro Dias Toffoli, em 18.12.2011; nas vagas relativas ao STJ, a Ministra Nancy Andrighi, em 6.5.2010, o Ministro Gilson Dipp, em 30.9.2010, a Ministra Laurita Vaz, em 10.5.2011, e o Ministro Teori Zavascki, em 7.6.2011; e, na vaga relativa à classe dos juristas, a Ministra Luciana Lóssio. Com a solenidade de posse, realizada no dia 27.10.2011, Luciana Lóssio tornou-se a primeira mulher representante da classe dos juristas nesta Corte Eleitoral.

11.6. SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE

A inauguração da sexta sede do Tribunal Superior Eleitoral foi marcada pela sessão solene realizada em 15.12.2011, exatamente na data em que o arquiteto que a projetou, Oscar Niemeyer, completou 104 anos. O Ministro Ricardo Lewandowski presidiu a sessão solene inaugural do prédio acompanhado dos demais ministros da Corte e ao lado do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo – que representou a presidente Dilma Rousseff –, do presidente

do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Cezar Peluso, e do presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney.

Antes de tomar a palavra, o presidente do TSE convidou todos os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial. Em seguida, o presidente e os demais ministros da Corte descerraram placa comemorativa histórica de inauguração da nova sede. Ao final dos pronunciamentos, os presentes assistiram a um vídeo de quatro minutos e sete segundos sobre a obra, com depoimento de Oscar Niemeyer.

No discurso que proferiu na cerimônia de inauguração, o ministro presidente, Ricardo Lewandowski, destacou que “a nova sede – indiscutivelmente necessária para a manutenção do padrão de excelência que a Justiça Eleitoral busca imprimir aos serviços que presta – constitui um abrigo condigno para esse verdadeiro Tribunal da Democracia, que tanto tem contribuído para a consolidação das nossas instituições republicanas”. E também homenageou o arquiteto Oscar Niemeyer: “com a generosidade d’alma que o caracteriza, o grande Niemeyer, no dia de seu aniversário, dispensando maiores obséquios, presenteia a cidade que ama com mais um precioso regalo: a nova sede do Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se da sexta sede do TSE, quiçá a mais bela e possivelmente a mais necessária delas”.

11.7. CERIMÔNIAS DE ASSINATURA DE DECLARAÇÕES, ENTENDIMENTOS E ACORDOS

Também realizaram-se no Gabinete da Presidência diversas cerimônias para assinatura de declarações, entendimentos e acordos. Dentre tantas, destacam-se:

- A cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica entre o TSE, o Ministério da Justiça e o Departamento de Polícia Federal, contemplando as áreas de identificação civil e combate às fraudes, realizada em 9.9.2010.
- A cerimônia de assinatura de declaração conjunta sobre a cooperação em matéria eleitoral entre o TSE e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); a cerimônia de assinatura do memorando de entendimento com a Organização dos Estados Americanos (OEA); e a cerimônia de assinatura do memorando de entendimento com o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México, realizadas em 3.10.2010.
- A cerimônia de assinatura do memorando de entendimento com a Comissão Eleitoral da Índia, realizada em 14.12.2010.
- A cerimônia de assinatura do acordo de cooperação entre o TSE e a Advocacia-Geral da União (AGU), para recuperação judicial de recursos públicos despendidos em eleições suplementares, realizada em 12.1.2012.

A cerimônia de assinatura da carta de intenções para atuação de forma cooperativa no alistamento eleitoral e militar, realizada em 1º.2.2012.





12. VIAGENS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Durante a atual gestão, houve intensa e crescente atuação do Tribunal na área internacional, sob a supervisão da Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN), com o desenvolvimento de diversas atividades nos planos bilateral e multilateral, as quais foram voltadas ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro, ao aprimoramento institucional, à troca de experiências sobre boas práticas eleitorais e à criação de quadro de instrumentos internacionais, com vistas a aprofundar a cooperação com os demais países. As atividades registradas configuraram a “diplomacia do Judiciário”, em que a área eleitoral confirmou constituir-se campo da cooperação internacional com grande potencial de desenvolvimento.

12.1. VIAGENS INTERNACIONAIS

Em resposta a convite do governo italiano, o Ministro Ricardo Lewandowski empreendeu visita oficial a Roma, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2010. Na ocasião, o presidente do TSE realizou apresentações na Embaixada do Brasil sobre o sistema eleitoral brasileiro para público selecionado. O presidente também manteve encontros com autoridades italianas do Ministério do Interior, da Chancelaria e da área eleitoral.

Em 13.5.2011, o Ministro Ricardo Lewandowski deslocou-se até Washington, onde realizou apresentação sobre as eleições no Brasil, na iniciativa US-Brazil Judicial Dialogue.

A visita oficial do Ministro Ricardo Lewandowski a Moscou ocorreu nos dias 15 e 16 de maio de 2011, oportunidade em que realizou apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro, discutiu possíveis temas de cooperação bilateral com a Comissão Central Eleitoral da Federação Russa, assinou memorando de entendimento a respeito, manteve audiências com seu homólogo, com o presidente do Supremo Tribunal da Federação Russa e com o presidente da Duma.

O Ministro Ricardo Lewandowski participou também da reunião extraordinária do secretariado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrida em Lisboa, na data de 11 de julho de 2011, ao final da qual assinou memorando de entendimento com o Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a cooperação com a CPLP, com patrocínio da União Europeia.

Por fim, destaca-se a visita oficial do Ministro Ricardo Lewandowski a Tóquio entre os dias 18 e 25 de fevereiro de 2012, na qual foram realizadas reuniões com os titulares das seguintes entidades: Suprema Corte japonesa, Ministério dos Assuntos Internos e das Comunicações, Conselho Central de Administração Eleitoral, Ministério da Justiça, Japan International Cooperation Agency (JICA), Liga Parlamentar Brasil-Japão e Gabinete do Primeiro-Ministro. Na ocasião, o Ministro Lewandowski também proferiu palestra no Institute of Business Law and Comparative Law & Politics (IBC), da Universidade de Tóquio, sobre o sistema eleitoral brasileiro.

12.2. AUDIÊNCIAS DE CARÁTER PROTOCOLAR E TEMÁTICO

O Ministro Ricardo Lewandowski concedeu audiências de caráter protocolar e temático a autoridades de diversos países, tais como Angola, Argentina, Cabo Verde, China, Colômbia, França, Guiné-Bissau, Índia, Itália, México, Moçambique, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Rússia, Suíça, Timor-Leste, Uruguai e Vaticano.

Em decorrência dos esforços conjuntos, foram assinados vários instrumentos internacionais, entre os quais se destacam:

- Carta de intenção entre Brasil e União Europeia (UE) sobre a colaboração em processos eleitorais, declaração conjunta sobre a cooperação em matéria eleitoral entre o TSE e a CPLP.
- Memorando de entendimento com a Organização dos Estados Americanos (OEA).
- Memorando de entendimento com o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México.
- Memorando de entendimento com a Comissão Eleitoral da Índia.
- Memorando de entendimento com o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral da República Democrática de Timor-Leste.
- Memorando de entendimento com a Comissão Eleitoral Central da Federação Russa.
- Memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



12.3. DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL

Entre outras atividades voltadas à divulgação internacional, foram organizadas palestras no TSE sobre diversos aspectos do sistema eleitoral brasileiro para representantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de Botsuana, do Chile, dos Estados Unidos, do Haiti, da Índia, do Irã, da Turquia, entre outros.

Foram enviadas estatísticas sobre as eleições em 2010, bem como informações de caráter geral acerca da estrutura e do funcionamento do sistema eleitoral, a 37 países (Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Botsuana, Cabo Verde, China, Colômbia, Costa Rica, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Gana, Guiné-Bissau, Haiti, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Irã, Itália, México, Moçambique, Namíbia, Nepal, Palestina, Paquistão, Paraguai, Peru, Portugal, Quênia, Rússia, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Tunísia, Turquia e Uruguai).

Em 27 de agosto de 2010, referências e resumos de dez casos de jurisprudência selecionados de acordo com sua atualidade, relevância e transcendência foram enviados para comporem o Banco de Jurisprudência em Matéria Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA): Sistematização das Sentenças Judiciais em Matéria Eleitoral para Atuação das Instituições Jurisdicionais da América Latina. Tais dados foram igualmente inseridos em outras duas redes de informações judiciais: Global Legal Information Network (GLIN), cuja matriz se encontra na biblioteca do Congresso norte-americano, e Codices, banco de dados da Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza).

Ainda foram editados artigos do Ministro Ricardo Lewandowski sobre o voto eletrônico no Brasil, no periódico *Modern Democracy* (Viena, setembro/2011), e da Ministra Nancy Andrighi sobre a participação feminina no processo eleitoral brasileiro, no portal sobre jurisprudência regional da OEA (Washington, outubro/2010).

Houve a participação de representantes do TSE em vários eventos internacionais, tais como conferências, congressos e encontros. A título exemplificativo:

- VII Conferência Europeia de Autoridades Eleitorais (Londres, 22 e 23.6.2010).
- VI Congresso Internacional de Direito Eleitoral e Democracia (México, 16 a 19.8.2010).
- III Encontro Europeu sobre o Desenvolvimento do Voto Eletrônico desde a Recomendação REC 2004 (Estrasburgo, 16 e 17.11.2010).
- VIII Conferência Europeia de Autoridades Eleitorais (Viena, 12 e 13.5.2011).
- XVI Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul (Protocolo de Quito, Assunção, 27 a 30.6.2011).
- II Encontro Ibero-Americano de Jurisprudência Eleitoral (Cidade do México, 21.6.2011).

- II Reunião de Organismos e Autoridades Eleitorais da União de Nações Sul-Americanas (Caracas, 11.7.2011).
- III Conferência Ibero-Americana de Justiça Eleitoral (Quito, 5 a 7.10.2011);
- Seminário União Europeia-PNUD sobre planejamento estratégico e financeiro (Guiné-Bissau, 29.6 a 1º.7.2011).
- V Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul (Georgetown, 28.11.2011).

12.4. PLANO BILATERAL

No plano bilateral, a pedido da Embaixada de Cabo Verde, o TSE viabilizou – com a colaboração de alguns tribunais regionais eleitorais – o empréstimo de urnas manuais para a participação de cidadãos cabo-verdianos em eleições legislativas, em 6.2.2011, e para as eleições presidenciais, em 21.8.2011. Foram emprestadas, ainda, urnas eletrônicas para demonstrações na Argentina, em 21.6.2011, e na Índia, em 13.6.2011.

Igualmente, em fevereiro, atendendo ao pedido do presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de Guiné-Bissau e com o patrocínio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o presidente do TSE autorizou a participação de dois técnicos do Tribunal, de 13 a 24.3.2012, para prestarem apoio às eleições presidenciais naquele país na primeira quinzena de abril de 2012.

12.5. MISSÃO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DAS ELEIÇÕES

No primeiro turno das eleições (3 e 4 de outubro de 2010), organizou-se um programa de atividades para 198 representantes de 45 países, os quais realizaram visitas ao TSE e às sessões eleitorais, assim como assistiram a apresentações sobre o sistema eleitoral brasileiro no TRE/DF e no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em coordenação com o TSE, os TREs do Distrito Federal e de seis estados (BA, MG, MS, SP, PR e RS) receberam observadores estrangeiros. Entre os visitantes, havia representantes da União Africana (UA) e dos agrupamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); Brasil, Rússia, Índia e China (Bric); e América do Sul-África (ASA). No segundo turno das eleições, em conjunto com o TRE/DF, organizaram-se visitas a sessões eleitorais para 28 embaixadores estrangeiros. Por fim, no segundo turno, 24 observadores internacionais realizaram programas análogos nos TREs do RS, SC, PR e SP.

Por outro lado, o TSE integrou quatro missões no ano de 2011 relativas às seguintes eleições: primeiro turno das eleições presidenciais no Peru (Lima, em 10.4.2011); referendo constitucional sobre o voto dos paraguaios no exterior (Assunção, em 9.10.2011); eleições de governadores e prefeitos na Colômbia (Bogotá, em 30.10.2011); eleições presidenciais e legislativas da Guiana (Georgetown, 25.11.2011).



13. VISITAS INSTITUCIONAIS

O Ministro Ricardo Lewandowski, recebeu, oficialmente, ao longo do biênio em que ocupou a Presidência do TSE, inúmeras autoridades das mais diferentes esferas governamentais e institucionais. Além disso, esteve em todos os estados do território nacional, de modo a acompanhar mais de perto as ações referentes às eleições de 2010 e o cadastramento eleitoral para implementação do sistema de identificação biométrica.

De modo particular, dedicou especial atenção aos tribunais regionais eleitorais, empreendendo diversas viagens institucionais para visitar cada um deles. O ministro também recebeu no TSE vários presidentes e corregedores dos TREs. Vale ressaltar também a realização de vários encontros de presidentes da Justiça Eleitoral, nos quais Lewandowski sempre esteve presente.

Finalmente, cumpre destacar que, nesta gestão, a Presidência do TSE buscou uma aproximação real com o cidadão brasileiro, ouvindo diretamente dele suas demandas sobre a Justiça Eleitoral. Em inúmeras ocasiões deslocou-se para escolas, postos itinerantes, comunidades locais.

Assim, privilegiou também o contato franco e transparente com os diversos órgãos de imprensa, estando sempre disponível para esclarecer à sociedade brasileira os motivos e as razões de agir da Justiça Eleitoral. Isso deu aos brasileiros a sensação de segurança e tranquilidade de que as instituições democráticas encontram-se consolidadas e de que a Justiça Eleitoral permanece atenta e vigilante, pronta a reprimir qualquer abuso ou descaminho.



14. ATÉ BREVE

14.1 ÍNTEGRA DO DISCURSO DO MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI NA CERIMÔNIA DE POSSE DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – 18.4.2012.

Para o grande poeta português Fernando Pessoa

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas...

Que já têm a forma do nosso corpo...

E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares...

É o tempo da travessia...

E se não ousarmos fazê-la...

Teremos ficado... para sempre...

À margem de nós mesmos”

De fato, é chegado o tempo da travessia, de voltar a singrar antigos mares e outros “nunca dantes navegados”, de que nos falava Camões com reverencial temor; tempo de deixar para trás batalhas vencidas, alegrias compartilhadas, decepções amargadas, esperanças acalentadas.

Tempo de evocar os momentos difíceis por que passamos, nos quais, muitas vezes, tememos pelo destino de nossa frágil – mas intrépida – nau, imaginando quiçá não lograsse ela alcançar o destino traçado.

Tempo de recordar que, embora não raro navegássemos por águas revoltas, jamais deixamos de superar as piores tormentas, os mais temíveis vagalhões e arrecifes, conseguindo, sempre, ao fim e ao cabo, avistar um porto seguro no horizonte.

É tempo, igualmente, de ressaltar que nossa destemida tripulação e companheiros de viagem, representados por dedicados juízes, servidores, advogados e membros do Ministério Público, lograram realizar, com pleno êxito, as complexas e disputadas eleições gerais de 2010 e o extemporâneo plebiscito no Pará de 2011.

É tempo de lembrar, ainda, que, juntos, tivemos o privilégio de terminar a nova sede do Tribunal Superior Eleitoral, obra prima do grande artista Oscar Niemeyer, inegavelmente uma das mais valiosas joias arquitetônicas desse extraordinário patrimônio da humanidade que é Brasília.

É tempo, também, de consignar que nos foi concedida a ventura de ver consagrada, pelo Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da moralizadora “Lei da Ficha Limpa”, que defendemos com vigor desde o primeiro instante em que foi promulgada.

É tempo, agora, de dizer adeus – ou “até breve” – aos fiéis companheiros de jornada, pois é chegada a hora de enfrentarmos, sem temores nem hesitações, os novos desafios que o futuro nos reserva.

É tempo, por fim, de expor a nossa gratidão; de dizer “muito obrigado”, do fundo d’alma, pela colaboração, desprendimento e lealdade com que fomos brindados por todos os que nos acompanharam, ombro a ombro, nessa instigante caminhada, que tão celeremente chegou a seu termo.

Saio da Presidência do TSE confortado pela certeza de ser sucedido por uma magistrada digna, lúcida e competente; convicto de que a Ministra Cármen Lúcia, primeira mulher a assumir este honroso cargo – coadjuvada pelo experimentado Ministro Marco Aurélio –, saberá levar avante a tradição de credibilidade, rapidez e eficiência que caracterizam as atividades da Justiça Eleitoral e que fazem dela um dos principais esteios da democracia e das instituições republicanas no país.

Deixo, enfim, a cadeira de presidente desta Corte com a consciência tranquila e com a sensação do dever cumprido. Retiro-me animado pelo mesmo sentimento que São Paulo Apóstolo revelou a seu discípulo Timóteo: “Combati o bom combate, terminei a corrida e mantive a fé!”



Esta obra foi composta na fonte Calibri,
corpo 12, entrelinhas de 15 pontos, papel Couchê 150g/m².



**Tribunal
Superior
Eleitoral**